

Este capítulo exporá a enunciação de *Raízes do Brasil*, analisando a forma como são aplicadas as distinções constitutivas do conceito de Estado. Argumenta-se que a coexistência de um ideal de enraizamento e de uma condição de desterro cria um entre-lugar de conflitos inconciliáveis na história do Brasil, em que a fundação de um Estado representativo é complicada pelas dificuldades que o passado recalcitrante coloca ao desenvolvimento de modernas instituições européias. Assim como no capítulo anterior, os grupos temáticos que organizam a apresentação seguem a cronologia da narrativa dos livros. Respectivamente, as seções lidarão com a conformação de um passado ibérico no Brasil, a resiliência desse passado em uma ordem urbana supostamente capaz de alterá-lo, a identificação de uma revolução em curso que superaria os obstáculos colocados pelo mundo rural, e finalmente a constatação de descompassos temporais que dificultariam a resolução do impasse entre rural e urbano.

Os critérios dados pelo conceito de Estado são articulados por RB ao longo de toda sua enunciação. Ao contrário do que se viu em CGS e SM, mesmo o passado colonial brasileiro já será tratado em RB em função de problemas colocados pelas distinções elementares do Estado. Igualmente ao longo de toda a enunciação se dá o entrelaçamento do Brasil com a política mundial – de teor diverso da que se definiu no capítulo anterior –, por intermédio de instituições de extração européia que funcionam como exteriores regulativos a demandar a mudança da ordem ibérica brasileira. Os mencionados descompassos temporais do Brasil em relação a esses exteriores regulativos sugerem ainda um curso de desenvolvimento institucional que varia em relação ao dos cânones ocidentais, acrescentando um encadeamento do Brasil em relação ao internacional. Essas duas formas de conexão entre o objeto de discurso do livro e a política mundial indicam a contribuição do capítulo para a hipótese geral do trabalho.

3.1 Alma Comum

3.1.1. Exposição

Há uma “alma comum” entre o Brasil e a Península Ibérica, afirma RB. Para apresentá-la é recomendável, a título de esclarecimento, principiar prospectando-se a variação que o parágrafo de abertura do livro exhibe entre a primeira edição (1936) e o que se tornou o texto definitivo baseado na segunda edição (1947). Na redação de 1936,

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem-sucedido em larga escala, de transplantação da cultura européia para uma zona de clima tropical e sub-tropical. Sobre território que, povoado com a mesma densidade da Bélgica, chegaria a comportar um número de habitantes igual ao da população atual do globo, vivemos uma experiência sem símile. Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições, nossa visão de mundo, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra (Holanda, 1936, p.3).

Excetuada a última frase do trecho, “o parágrafo de abertura da primeira edição pareceria portanto a própria metonímia do título” (Rocha, 2004, p.111), com o sucesso do transplante sugerindo o enraizamento da cultura européia na zona de clima tropical e sub-tropical. Contudo, a seqüência da citação estabelece este paradoxo: “Os brasileiros tiveram uma experiência única porque bem-sucedida, mas, ao mesmo tempo, como resultado, vivem desenraizados em seu próprio país (...) Como ser ao mesmo tempo bem-sucedido e desterrado?” (Rocha, 2004, p.114).

No texto definitivo, reverte-se o juízo sobre o sucesso do transplante cultural, e o paradoxo parece deixar de existir:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas

vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (RB, p.19).

Diz-se ainda: “todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem” (RB, p.19).

Trata-se agora de uma “tentativa de implantação”, e o território deixa de ser comparado à Bélgica e ao globo para se tornar refratário ou estranho às “tradições milenares” vindas da Europa. Tem, ademais, um clima e uma paisagem fundamentalmente diversos do “sistema de evolução” europeu. Assim, a ligadura incerta de um lado (cultura) ao outro (território) justifica a enunciação dos brasileiros como desterrados na própria terra.

Ao passo que João Cezar de Castro Rocha (2004) utiliza-se da variação entre as edições para investigar possibilidades abertas pelo paradoxo no texto de 1936, o presente trabalho, fixado na edição definitiva de RB (Holanda, 2006), partirá ao exame do legado ibérico no país reconhecendo essa coerente formulação do desterro brasileiro. Nesse sentido, pode-se ler já no segundo e terceiro parágrafos do livro:

Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e idéias de que somos herdeiros.

É significativa, em primeiro lugar, a circunstância de termos recebido a herança através de uma nação ibérica (RB, 19).

O eventual sucesso da implantação cultural intentada se torna uma função da capacidade dos brasileiros de representar formas de convívio, instituições e idéias herdadas de Portugal. A julgar pela categórica afirmação do desterro, é de esperar obstáculos a essa representação. No entanto, senão plenamente, os brasileiros têm em boa medida essa capacidade representacional:

Nem o contato e a mistura com as raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou bem ou mal a essa forma (RB, p.30).

Deprimindo as expectativas de patriotas nativistas, o trecho é claro: o elemento infenso ou rebelde ao implante cultural é mero “resto”, “matéria que se sujeitou bem ou mal” à forma cultural predominante. Já se vê que a coerência da enunciação do desterro no texto definitivo de RB se limita ao primeiro parágrafo do livro, uma vez que na imediata seqüência o paradoxo há pouco dissipado parece ser retomado: como relegar a “resto” mais ou menos indômito o que seria de monta a ativamente impedir o estabelecimento de uma tradição que, no entanto, é longa, viva e – infira-se – arraigada? Em que pese serem “ainda hoje” desterrados em sua terra, os brasileiros estão ligados à Península Ibérica por uma “tradição longa e viva” o bastante para falar-se em uma “alma comum”. Assim, a representação dos elementos da cultura implantada mostra-se factível, re-colocando – porventura com menor força – o paradoxo notado na primeira edição do livro. Em suma, se por um lado “a sensação de desterro se transforma num sintoma, o de uma tentativa que não deu certo” (Rouanet, 2006, p. D2), por outro lado coexiste com esse sintoma a afirmação do razoável sucesso da implantação cultural.

A relevância desse implante pode ser atestada pela escala que ganha, no corpo de RB, a discussão sobre os atributos da tradição ibérica. Por isso, esta seção delineará o legado colonial em seus traços principais, transferindo para seção posterior o encaminhamento do paradoxo apreciado. A forma cultural deixada pela tradição ibérica pode ser condensada ao redor dos atributos do personalismo, da aventura, do ruralismo e do desleixo, respectivamente expostos em seguida.

“Territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos” (RB, p.20), Portugal e Espanha, junto de Rússia, países balcânicos e Inglaterra constituem-se em “zona[s] fronteiriça[s], de transição”, em que o “europeísmo” é menos concentrado (RB, p.20). Dos países ibéricos, em particular, lê-se que, “pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional” (RB, p.20). Essa cultura da personalidade, que se projetou de Portugal

ao Brasil (cf. RB, p.21), importa em duas peculiaridades,³⁰ relacionadas ao trabalho e ao governo. Quanto à primeira, trata-se da inatividade erigida em virtude e de uma repulsa a morais cultuadoras do trabalho.

A ação sobre as coisas, sobre o universo material, implica submissão a um objeto exterior, aceitação de uma lei estranha ao indivíduo (...) O trabalho manual e mecânico visa a um fim exterior ao homem e pretende conseguir a perfeição de uma obra distinta dele. É compreensível, assim, que jamais se tenha naturalizado entre a gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária (RB, p.28).

A ausência de uma moral do trabalho coincide com a “singular tibieza” da organização social, em que a solidariedade se desenvolve antes em função da vinculação de sentimentos que de relações de interesse, ou seja, “no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre o plano mais vasto, gremial ou nacional” (RB, p.29). Sem a racionalização própria do meio protestante, que teria permitido às nações ibéricas o desenvolvimento da solidariedade baseada no interesse, “o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. Nelas predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior” (RB, p.27).

Assim, no quadro de “falta de hierarquia organizada” (RB, p.21), a obediência, acompanhada de grande centralização, se torna “o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares” (RB, p.29). Esta, a peculiaridade criada pelo personalismo quanto ao governo. A situação colonial do Brasil assistiu o exercício desse tipo de poder desmesurado com o Santo Ofício e com os jesuítas. Estes últimos “representaram, melhor de que ninguém, esse princípio da disciplina pela obediência. Mesmo em nossa América do Sul, deixaram disso exemplo memorável com suas reduções e doutrinas” (RB, p.29-30).

O próximo atributo da cultura brasileira é a aventura, associada à colonização da América portuguesa. O processo é contextualizado como uma “época [que] predispunha aos gestos e façanhas audaciosos, galardoando bem os homens de grandes vôos” (RB, p.35), dados antes ao “desleixo” e a “certo

³⁰ Para uma contagem ligeiramente diversa dessas peculiaridades, cf. Sallum (1999, p.240-241).

abandono” que a uma “vontade construtora enérgica” da qual se originasse um “empreendimento metódico e racional” (RB, p.33-34). Os portugueses, imbuídos de uma ética da aventura cujo ideal é o de “colher o fruto sem plantar a árvore” (RB, p.34) – e não de uma ética do trabalho, correspondente ao empreendedorismo metódico e racional –, foram “portadores naturais” da missão de conquistar o trópico (RB, p.33). Segundo Sérgio Buaque, “nossos colonizadores aclimaram-se facilmente, cedendo às sugestões da terra e dos seus primeiros habitantes, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indeléveis” (RB, p.44).

Essa capacidade para a aclimação explica, por contraste, o malogro da experiência colonial holandesa no Brasil. À diferença do colonizador luso, os holandeses procuravam “manter a própria distinção com o mundo que vinham povoar” (RB, p.59). Como população de traço “predominantemente urbano”, os holandeses “só muito dificilmente transpunha[m] os muros das cidades e não podia[m] implantar-se na vida rural de nosso Nordeste” (RB, p.58). Uma consequência disso foi desenvolver-se em Pernambuco, “de modo prematuro, a divisão clássica entre o engenho e a cidade (...) Esse progresso urbano era ocorrência nova na vida brasileira” (RB, p.58). Outra consequência, todavia, foi precisamente o fracasso de sua colonização, incapaz de “fundar a prosperidade da terra nas bases que lhes seriam naturais” (RB, p.58).

Inscrevendo-se como elemento organizador da colonização portuguesa, a aventura, ou “plasticidade social”,

teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém, dizer-se) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climáticas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência (RB, p.37).

Um produto da aventura é o latifúndio agrário, sistema econômico da Colônia, mormente surgido “de elementos adventícios e ao sabor das conveniências da produção e do mercado” (RB, p.38). A escravidão, ou ainda a “moral das senzalas”, oriunda dessas configurações econômicas, contribuiu à sua maneira para “narcotiza[r] (...) qualquer energia realmente produtiva” (RB, p.56). De ambos, latifúndio hipertrofiado e escravidão, decorreu “a ausência, praticamente, de qualquer esforço sério de cooperação nas demais atividades

produtivas” (RB, p.50). Somando-se a isso o personalismo, com a pessoalidade das relações e as disputas entre facções, famílias e regionalismos, observa-se que a sociedade colonial se constituía em

um todo incoerente a amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (RB, p.55).

A cultura brasileira é caracterizada também pelo “ruralismo”, derivado da instauração de “uma civilização de raízes rurais” (RB, p.69) na qual as cidades não são mais que dependências das propriedades rústicas. Mais especificamente, “Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos” (RB, p.69). Na linha do direito romano-canônico ibérico, o círculo familiar tem seu centro na “autoridade imensa do pater-famílias” (RB, p.79), abrangendo os escravos e também os filhos, que “são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*” (RB, p.79). Sobre essa autoridade primeira, ao redor da qual se concentra a vida rural da Colônia, precisará Sérgio Buarque:

Dos vários setores de nossa sociedade colonial, foi sem dúvida a esfera da vida doméstica aquela onde o princípio de autoridade menos acessível se mostrou às forças corrosivas que de todos os lados o atacavam. Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar mantém-se imune de qualquer restrição ou abalo. Em seu recatado isolamento pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimi-lo (RB, p.80).

O último atributo da cultura brasileira arrolado nesse inventário do legado colonial é o desleixo. Deve-se esclarecer que se trata de uma característica, esta do abandono e da “íntima convicção de que ‘não vale a pena’” (Bell *apud* RB, p.115), já típica do português. A visão de mundo refletida no desleixo, que influenciou a expansão colonizadora lusa, se liga à ordem que Sérgio Buarque indica própria da poesia portuguesa: “A ordem que aceita não é a que compõem os homens com trabalho, mas a que fazem com desleixo e certa liberdade; a ordem do sementeiro, não a do ladrilhador” (RB, p.122-123). A plasticidade social e a ambiência rural entrelaçam-se adequadamente a este outro componente do

“espírito da dominação portuguesa”, a orientação pela rotina e não pela razão abstrata. Renunciando a guiar-se por “normas imperativas e absolutas”, o colonizador “cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, (...) cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão” (RB, p.97).

Duas conseqüências do desleixo que presidiu a expansão lusa são o modo pelo qual se construíram as cidades coloniais brasileiras e a restrição do povoamento ao litoral do país. Quanto ao modo de construção, lê-se que a cidade portuguesa na América “não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência” (RB, p.115). Sobre a restrição espacial do povoamento, lê-se que

O primeiro donatário [Martim Afonso] penetrara melhor do que muitos dos futuros governadores os verdadeiros interesses do Estado: seu fim fora não somente evitar as guerras, mas também fomentar a povoação da costa (...) não ignorava que [o rei português] d. João III tinha mandado fundar colônias em país tão remoto com o intuito de retirar proveitos para o Estado, mediante a exportação de gêneros de procedência brasileira; sabia que os gêneros produzidos junto ao mar podiam conduzir-se facilmente à Europa (RB, p.104-105).

Essas duas características são usadas no texto de RB para estabelecer uma diferença entre a colonização brasileira e a espanhola. Ao contrário do caso brasileiro, as colônias espanholas na América tiveram suas cidades rigorosamente planejadas e construídas – em sua maior parte – longe da costa atlântica, no interior. Tratou-se, para a Espanha, de “uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados” (RB, p.98). A diferença entre a ação dos Estados espanhol e português permite distinguir o propósito colonizador: enquanto o Brasil se tornou “simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos” (RB, p.102), os castelhanos – tendo nisto mais sucesso que os holandeses – tencionavam fazer do país conquistado um “prolongamento orgânico do seu” (RB, p.101), por exemplo indo buscar nas regiões mais altas e distantes do mar o clima que remontasse ao da metrópole.

O não-direcionamento da colônia rumo ao interior marca com clareza, portanto, o traço comercial, despreocupado com a edificação de alicerces e infenso às normas abstratas que o desleixo infundiu na expansão portuguesa. Daí que Sérgio Buarque realce o papel das bandeiras paulistas no século XVII

No planalto de Piratininga nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional. Ali, pela primeira vez, a inércia difusa da população colonial adquire forma própria e encontra voz articulada. A expansão dos *pioneers* paulistas não tinha suas raízes do outro lado do oceano, podia dispensar o estímulo da metrópole e fazia-se freqüentemente contra a vontade e contra os interesses imediatos desta. Mas ainda esses audaciosos caçadores de índios, farejadores de riqueza, foram, antes do mais, puros aventureiros – só quando as circunstâncias o forçavam é que se faziam colonos (RB, p.105-106).

Tem-se também o caso da “energia repressiva” de que Portugal se valeu para controlar a extração de minerais preciosos em Minas Gerais no século XVIII. Apesar de deliberar, então, “intervir mais energicamente nos negócios de sua possessão ultramarina” (RB, p.107), Portugal se valeu de “uma energia puramente repressiva, policial, e menos dirigida a edificar alguma coisa de permanente do que a absorver tudo quanto lhe fosse de imediato proveito” (RB, p.107).

3.1.2. Análise

Expostos os quatro atributos capitais da colonização ibérica, é possível concluir esta seção. De saída, nota-se que as regras de formação do Brasil como objeto de discurso são orientadas pelos três critérios dados pelo conceito de Estado. Em primeira análise, essa afirmação pareceria descabida, vez que o Brasil encontra-se em posição colonial. É exato dizer-se, contudo, que nos trechos de RB sob escrutínio o Brasil encontra-se a meio caminho de sua condição estatal. Isso se dá porque o distanciamento do Brasil do âmbito imperial – se for mesmo lícito denominá-lo imperial – português se faz sem que se arme no texto a “incerteza agonística contida na incompatibilidade entre império e nação” (Bhabha, 2005, p.142). Na verdade, o objeto de discurso, ao longo de uma série de oposições, vai sendo diferenciado de objetos adjacentes sem que surja uma incompatibilidade com Portugal, até constituir uma figura de conjunto. E esse movimento de

separação e identificação se pauta constantemente pelas referências a um tempo presente em que se conformam um Estado, uma sociedade e um exterior.³¹

Na grade de especificação do objeto pode-se pois perceber operações de oposição e de associação. No dizer de Antonio Candido, RB “é construído sobre uma admirável metodologia dos contrários” (2006c, p.239), oposições que se dão entre aquilo que *não* caracteriza o Brasil e aquilo que o caracteriza. Com efeito, cada um dos quatro atributos herdados da Península Ibérica pela cultura brasileira encontra, no ato de sua enunciação, seu pólo oposto. Todas essas oposições distinguirão entre o Estado (ainda cronologicamente inexistente) e seu exterior, tocando adicionalmente na distinção entre o Estado e a sociedade. Após sua análise, se poderá compreender o movimento de associação, que projeta o par passado-presente sobre o exterior do Estado e sobre sua sociedade.

A primeira oposição é entre os Estados ibéricos e os Estados protestantes, em que Portugal e Espanha são partes da zona de transição entre o europeísmo e o europeísmo menos carregado. De um lado estão as virtudes protestantes da “moderna religião do trabalho” e do “apreço à atividade utilitária”, com a capacidade de cooperação em função de interesses; de outro lado está a ausência e/ou o contrário dessas qualidades racionalizadoras, que caracteriza a cultura da personalidade no âmbito ibérico. Mais precisamente, a “acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras”.³² O Brasil figura como parte do bloco de nações ibéricas, o que confirma a inexistência da incerteza agonística calcada em algum tipo de

³¹ A possibilidade de se atribuir um caráter unitário a dado objeto de discurso, podendo-se tratá-lo como uma figura de conjunto – no caso, a nação ou o Estado “Brasil” – está dessa forma ligada à aplicação das regras pelas quais o conceito de Estado orienta a enunciação de RB. Vale citar, a propósito, esta consideração de Foucault: “Havíamos procurado a unidade do discurso junto aos próprios objetos, à sua distribuição, ao jogo de suas diferenças, de sua proximidade ou de seu afastamento (...) e fomos mandados de volta, finalmente, para um relacionamento que caracteriza a própria prática discursiva; descobrimos, assim, não uma configuração ou uma forma, mas um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade” (2005a, p. 52).

³² Teoricamente, esses grupamentos sub-europeus, o protestante e o ibérico, estão representados respectivamente pelos pares reversos da competição/cooperação e da rivalidade/prestância (*helpfulness*): “Tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados, embora de modo diverso, para um objetivo material comum: é, em primeiro lugar, sua relação com esse objetivo o que mantém os indivíduos respectivamente separados ou unidos entre si. Na rivalidade, ao contrário, como na prestância, o objetivo material comum tem significação praticamente secundária; o que antes de tudo importa é o dano ou o benefício que uma das partes possa fazer à outra” (RB, p. 55).

incompatibilidade entre a colônia e a metrópole – a diferença surgirá serenamente, mais tarde, pelo ruralismo e pelo processo das bandeiras.

Na segunda oposição, Portugal é distinguido da Espanha e ainda mais das sociedades racionalmente organizadas. Contrastam-se “dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens” (RB, p.34), trabalho e aventura.³³ Embora o personalismo situe a Espanha à distância do grupo protestante, a colonização espanhola foi de teor diverso da portuguesa. De fato, pode-se reconhecer a ação peculiar da ética da aventura na expansão portuguesa no fato de que esta tenha realizado menos “dominação” que mera “feitorização”. Daí que não se possa falar em um âmbito imperial português, expressão que se reserva à ordem estabelecida pelo Estado espanhol, que – esse sim – se associa a um “predomínio militar, econômico e político”.

Além da mencionada divisão da Europa, surge uma Ibéria dividida em função da forma imperial pronunciadamente hierárquica, representada pela Espanha, e da solução portuguesa de expansão comercial baseada na plasticidade social, em que “Sua fraqueza foi sua força” (RB, p.58). Como já se propôs, o tipo do semeador delimita a singularidade do brasileiro no Novo Mundo (Santiago, 2006, cap.4), mas seu contraste com os ladrilhadores implicitamente cria mais uma enunciação lacunar, em que o oposto ao brasileiro é que tem foros de exemplaridade. Fala-se do fato de que as cidades hispano-americanas exprimiam, em seu plano, “a idéia de que o homem pode intervir arbitrariamente, e com sucesso, no curso das coisas e de que a história não somente ‘acontece’, mas também pode ser dirigida e até fabricada” (RB, p.100). É certo que, como a expansão colonial na América portuguesa predispucesse aos “gestos e façanhas audaciosos”, a ética do trabalho e a visão de mundo do ladrilhador não são julgadas, por RB, necessárias à atividade colonizadora no Brasil. Mesmo o ímpeto ordenador na extração de minerais preciosos no século XVIII não teria passado,

³³ Tipicamente, “[para o aventureiro,] o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários (...) Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes. O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo (RB, p.34-35).

deveras, de uma nova forma de satisfazer o instinto aventureiro do ganho fácil. Contudo, esse juízo se verá suspenso tão logo o texto enuncie um movimento temporal para o Brasil: “uma população em vias de organizar-se politicamente”. Dessa nova perspectiva, tornam-se desejáveis tanto a visão de mundo dos espanhóis, em que se pode cogitar de uma existência disciplinada e tendente à abstração, quanto as predisposições protestantes à ética do trabalho, reforçando a problemática da ausência da racionalização.

O crucial do mundo enunciado por RB é portanto a clivagem da Europa em função do arraigamento da racionalização ou da resistência a ela. Dessa forma, o relacionamento entre o objeto de discurso e seu espaço correlativo é dominado pela desqualificação do Brasil (e de Portugal), personalista e aventureiro (nisso diverso também da Espanha), em relação a um “espírito geral de ‘racionalidade’” no ocidente identificado na obra de Max Weber (cf. Löwith, 1993, cap.2). O “longo processo educacional” (Weber 2004, p.54) rumo à aquisição da ética apropriada para o mundo moderno envolve a difusão de uma ideologia que conjuga a fé religiosa protestante à ação econômica capitalista (Löwith, 1993, p.64).³⁴ A problemática da aquisição dessa ética moderna cala fundo no pensamento de Sérgio Buarque (Wegner, 2000, p.63), e é pela referência constante aos critérios desse modelo de desenvolvimento *a priori* que se articula a “metodologia dos contrários” apresentada. Criando um pólo oposto e erigindo-o em um *exterior regulativo*, RB constitui uma “narrativa dúplice” na história do Brasil (Esteves, 1998), em que a sociedade brasileira será abordada, desde seus princípios, pela ótica da decalagem entre sua configuração efetiva e sua configuração moderna ideal. Entremeando ambas, a transmutação incompleta – analisada na próxima seção – desse passado naquele presente modelar.

É preciso explicar, em um aparte, que não só se verificam obstáculos ao desenvolvimento da ação econômica ideal, apresentados acima, como também o

³⁴ “Weber concebeu essa racionalidade como uma totalidade original – como a totalidade de uma ‘atitude diante da vida’ e um ‘modo de vida’ – que é sujeita a uma multiplicidade de condições causais mas é não obstante única: como o ‘ethos’ ocidental. Esse ethos determinante se manifesta no espírito do capitalismo (burguês) bem como naquele do protestantismo (burguês). Tanto a religião quanto a economia são formadas em sua realidade vivida religiosa e econômica dentro da corrente dessa totalidade determinante, e elas, por sua vez, concretizam essa totalidade ao deixar sobre ela seu imprimátur (...) [Economia e religião] são configurados ‘racionalmente’ com base em uma racionalidade geral na conduta da vida (...) um modo de vida racional – originalmente motivado pela religião – permitiu ao capitalismo no sentido econômico tornar-se uma força dominante na vida” (Löwith, 1993, p. 63-64, grifos suprimidos).

curso modelar da esfera da religião é bloqueado. Retomando análise de Brasil Pinheiro Machado, Robert Wegner (2000) observa que a cultura do personalismo tem um prolongamento teológico em RB, na forma da projeção da Contra-reforma sobre as colônias americanas. No combate que os ibéricos – por meio dos jesuítas – travam a partir do Concílio de Trento contra princípios predestinacionistas, são defendidas teorias afeitas ao personalismo, como as que afirmam o livre-arbítrio (cf. RB, cap.1). Por isso, na referência a Trento tem-se um dos “pontos chave para o desenvolvimento da problemática de *Raízes do Brasil*, pois que é aí que seu autor identifica uma ética religiosa diretamente oposta à ‘ética protestante’” (Pinheiro Machado *apud* Wegner, 2000, p.34). Justifica-se, pois, pela presença da reflexão de Weber no espaço correlativo do enunciado, o foco adicional que RB lançará sobre como os atributos legados pela colonização ibérica acabaram por vedar um curso religioso de racionalização no desenvolvimento da sociedade brasileira.³⁵ Econômica e – viu-se agora – religiosamente, constata-se as razões da totalidade *incoerente* e *amorfa* representada pelo passado da sociedade brasileira.

A impossibilidade de se tirar ao seio da sociedade um princípio de coesão faz com que caiba ao Estado a tarefa. Mas essa designação, conquanto lance no interior do texto a distinção moderna entre uma esfera estatal e outra da sociedade, não traz consigo a enunciação do Estado. Aborda-se uma situação colonial, em que o exemplo dessa prática disciplinadora é a ação da Companhia de Jesus. E o campo não está preparado para uma simples tomada, pelo Estado, da autoridade antes desenvolvida pelos jesuítas, pois outro fator da colonização oporá obstáculos a qualquer iniciativa estatal no país. Tem-se aqui a terceira oposição, que contrapõe o Brasil ao resto do mundo – “A regra, em todo o mundo e em todas as épocas, foi sempre o contrário: a prosperidade dos meios urbanos fazendo-se à

³⁵ Nesta passagem, por exemplo, a oposição entre sentimento e razão indica a má contribuição do personalismo para o estabelecimento de ordem e de política no país: “A uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda a verdadeira espiritualidade; transigente, por isso mesmo que pronta a acordos, ninguém pediria, certamente, que se elevasse a produzir qualquer moral social poderosa. Religiosidade que se perdia e se confundia num mundo sem forma e que, por isso mesmo, não tinha forças para lhe impor sua ordem. Assim, nenhuma elaboração política seria possível senão fora dela, fora de um culto que só apelava para os sentimentos e os sentidos e quase nunca para a razão e a vontade. Não admira, pois, que nossa República tenha sido feita pelos positivistas, ou agnósticos, e nossa Independência fosse obra de maçons” (RB, p.164-165).

custa dos centros de produção agrícola” (RB, p.89) – e cria um impedimento para o desenvolvimento de uma sociedade brasileira – o patriarcalismo rural.

Conforme visto, a sociedade *colonial* – a presença do adjetivo modificador será sintomática – estruturou-se “fora dos meios urbanos”. Isso se liga diretamente ao fato de que os patriarcas rurais, isolados em suas autarquias, desprezassem “qualquer princípio superior que procurasse perturbá-los ou oprimi-los”. Nisso, a sociedade é novamente contrária à modelar: o co-relacionamento de autoridade e comunidade, fundamental para a separação entre Estado e sociedade – e domínio desta por aquele – é inviabilizado na “civilização de raízes rurais”. À diferença do desenvolvimento de núcleos urbanos na América espanhola, que se tornaram instrumentos de dominação do Estado imperial, o ruralismo brasileiro, como exceção sociológica, gerou a “ditadura dos domínios rurais” (RB, p.89, grifo suprimido), de que se ressentiam os centros urbanos no país. Com efeito, é difícil conceber uma esfera comunitária em um quadro de propriedades rurais centrífugas. É por isso oportuno anotar que a distinção entre “sociedade colonial” e “sociedade” permite associar o governo como princípio unificador à futura sociedade, restando a autoridade dos senhores patriarcais como forma de disciplina em uma sociedade fragmentária. Autoridade, aliás, que além de “enorme” é indisputada, assentando-se de saída como princípio primeiro da vida política – ou: antipolítica, porque infensa ao público – do Brasil.

O problema que RB aprecia, em lugar de se apresentar como uma oposição entre a sociedade anárquica e um Estado centralizado e autoritário, se coloca como o esvaziamento em larga escala da possibilidade de governo pelo Estado no momento colonial, fiado que o princípio de autoridade se encontra no direito romano-canônico das propriedades patriarcais. Parece evidente que a colocação desse problema apenas se justifica pela necessidade que Sérgio Buarque terá em discutir a soberania estatal no momento histórico seguinte à ordem colonial. Daí que, a um só tempo, o autor empregue as categorias do moderno conceito de Estado, prefigurando as dificuldades a uma sociedade coesa consentânea com o jugo estatal, e enuncie a inviabilidade do domínio estatal sobre o que se tornou uma “civilização agrária”. É significativo dessa operação de ressaltar no passado o que será um problema do futuro – mais especificamente, da República em que vivia o sujeito de discurso Sérgio Buarque – o relato que o autor toma à *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, referente ao comentário de um bispo da

Ordem de São Domingos que viajava pelo Brasil no século XVII: “Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa” (Salvador *apud* RB, p.79).³⁶

A quarta oposição separa o Brasil, como uma comunidade nacional em formação e dirigida à sua porção interior, de sua metrópole – que se torna um novo exterior. Gestada em meio ao repúdio às normas absolutas, sem cidades planejadas e presa ao litoral, onde grassa a noção do Brasil como “simples lugar de passagem”, a Colônia tem no desleixo mais um obstáculo – a se somar ao personalismo, à aventura e ao ruralismo – para a criação de uma sociedade. Como fez Sérgio Buarque em texto de 1961, pode-se sugerir que, com o governo-geral da Colônia instituído a partir de 1549 e assumido por Tomé de Sousa, “nasce verdadeiramente um Estado no Brasil” (Holanda, 2007, p.155). Mas o autor cuida em observar que tal Estado se fundava em uma “ordem de coisas transacta”, pela qual os donatários da Colônia se valiam de franquias e mercês para contrariar as “normas absolutistas” implantadas na metrópole, as quais por sua vez eram usadas pelo governador-geral para tentar – em vão – pautar a conduta dos súditos (Holanda, 2007, p.140). Essa peleja do Estado colonial confirma a dificuldade que RB aponta quanto à afirmação da ordem abstrata fundadora do Estado moderno.

Já as bandeiras rumarão na direção dessa ordem, pois ao adentrarem o território os bandeirantes dão luz a um “momento novo de nossa história nacional”. A população colonial “adquire forma própria” e “encontra voz articulada”. Não se pode vislumbrar, a partir daí, uma base para a autoridade estatal, mas conforma-se uma esfera comunitária no Brasil de RB, com o delineamento de uma população própria – por oposição aos portugueses de passagem no litoral. Aplica-se, na análise das bandeiras, um léxico que principia a produzir a diferenciação entre a colônia e um presente estatal: as *raízes* do projeto dos bandeirantes não estavam *do outro lado do oceano*, e as bandeiras eram feitas sem o estímulo ou mesmo à revelia dos interesses da metrópole. Ter-se-ia uma temporária *anulação* dos portugueses *qua* portugueses para a produção de uma iniciativa brasileira.³⁷ Essa anulação separa brasileiros de portugueses,

³⁶ Recorde-se a disposição sobre o objeto de discurso, no caso o de RB, ser enunciado “de um lugar em particular – os objetos sempre são objetos de um sujeito” (Andersen, 2003, p.15).

³⁷ Nas palavras do autor: “não hesitaria mesmo em subscrever pontos de vista como o recentemente sustentado pelo Sr. Júlio de Mesquita Filho, de que o movimento das bandeiras se enquadra, em substância, na obra realizada pelos filhos de Portugal na África, na Ásia, e na

confirmando o espaço já aberto pelo ruralismo no sentido de um objeto de discurso que é exterior inclusive à metrópole. Isso não pode levar ao desenvolvimento de uma autoridade dos bandeirantes, vez que esta se concentra nos domínios rurais. Mas ficam dadas coordenadas para a discussão de um Brasil estatal.

Apurado o bloqueio que todos os quatro atributos da herança colonial representam para a articulação de certo modelo de desenvolvimento, é possível finalizar esta seção analisando a aplicação da distinção entre passado e presente nesse primeiro grupo temático recortado de RB. Foi dito que a formação do objeto, além das oposições, se dava por associação. Agora é possível compreendê-la: a associação ocorre entre os atributos brasileiros definidos pelo que têm de contrário a atributos estrangeiros desejáveis – encontrados na Europa protestante ou na Espanha imperial – e o que RB anuncia ser sua relevância contemporânea. Em outras palavras, Sérgio Buarque recompõe o passado “através dos fragmentos que se atualizam no presente” (Avelino Filho, 1987, p.41), trocando a narrativa cronológica da história pelo realce dos fatores que, oriundos dos atributos da colonização ibérica, se colocam candentemente na ordem do dia. As discussões que RB faz do personalismo, da aventura, do ruralismo e do desleixo não prescindem de um elemento que conecta sua apreciação a problemas identificados pelo autor ao tempo da escrita, justificando a inserção desses atributos em um eixo de mudança temporal.

Decorrente do personalismo, a obediência é realçada por duas razões. A primeira é o fato de que sua velha fungibilidade é reatualizada no repertório político ibérico: “nos tempos modernos, [a manutenção artificial da organização política por força exterior] encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares” (RB, p.27). A segunda é o fato de que, concomitantemente, sua viabilidade declina, esboçando um desmantelamento do quadro político instituído desde o implante cultural: “Hoje a simples obediência como princípio de disciplina parece uma fórmula caduca e impraticável e daí, sobretudo, a instabilidade constante de nossa vida social” (RB, p.30). A ética da aventura,

América, desde os tempos do infante d. Henrique e de Sagres. Mas eu o subscreveria com esta reserva importante: a de que os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem. Como o grão de trigo dos Evangelhos, o qual há de primeiramente morrer para crescer e dar muitos frutos” (RB, p.143). Um cotejo desse argumento poderia ser realizado em relação à obra posterior de Sérgio Buarque (cf. Wegner, 2000).

“elemento orquestrador por excelência” de “nossa vida nacional”, é invocada para explicar a “tibieza” da organização social: “A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno” (RB, p.22); daí o problema que coloca para a organização política da população. O ruralismo não pode ser desconsiderado por RB uma vez que a estrutura da sociedade fora das cidades ditou “condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje” (RB, p.69). Finalmente, a contraposição de um “momento novo” (as bandeiras) à ordem desleixada do sementeiro serve de mote para uma observação em que se pode entrever uma nota de censura: “Quando hoje se fala em ‘interior’, pensa-se, como no século XVI, em região escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana” (RB, p.105).

Como se registrou, todas essas conexões entre elementos do passado e necessidades do presente traem a atualidade desses mesmos elementos. Uma indagação formulada por Ronaldo Brito sobre o pensamento do arquiteto Lucio Costa ganha validade diante essas considerações sobre a relação entre passado e presente em RB: “Eu me pergunto, seriamente até que ponto nosso passado colonial foi uma invenção estritamente moderna (...) Parece óbvio que a modernidade brasileira inventou, até certo ponto, um passado para operar a sua ‘ruptura’” (Brito, 2004, p.252). O assunto será retomado quando RB atentar às perspectivas contemporâneas para o país, referindo-as a esses elementos do passado.

3.2

Urbanização e Cordialidade

3.2.1.

Exposição

A urbanização se reveste, em RB, de importância fundamental. Ao alterar o quadro rural instituído com a colonização, desestabiliza os demais atributos da cultura ibérica implantados no Brasil. Além da expansão urbana, o processo envolve o crescimento dos meios de comunicação, “atraindo vastas áreas rurais

para a esfera de influências das cidades” (RB, p.159). O objetivo desta seção é dimensionar o que RB enuncia como a decadência da velha lavoura e a quase simultânea ascendência dos centros urbanos, especialmente a contar da transmigração da Corte portuguesa em 1808 e da Independência em 1822. A partir daí, “os senhorios rurais principiaram a perder muito de sua posição privilegiada e singular. Outras ocupações reclamam agora igual eminência, ocupações nitidamente citadinas, como a atividade política, a burocracia, as profissões liberais” (RB, p.81).

Na estrutura de capítulos de RB, o quádruplo legado da colonização discutido acima corresponde aos quatro primeiros capítulos, nos quais o tema da urbanização já se introduz aqui e além. Contudo, é a partir do quinto capítulo, intitulado “O homem cordial”, que esse tema é abordado em sua inteira conseqüência. Levando adiante a “metodologia dos contrários”, RB exporá neste capítulo certos elementos modelares da urbanização, identificando a seguir os entraves para a concretização da ordem idealizada, organizados ao redor da noção de cordialidade. Esta seção tomará ao quinto capítulo de RB a disposição: acompanhará duas decorrências regulativas da urbanização, para na seqüência interpor-lhes os obstáculos, que RB discute no quinto e sexto capítulos.

A primeira definição regulativa é referente ao Estado. Segundo RB,

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX (...) Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva (...) A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência (RB, p.153).

Na passagem, a transgressão da ordem familiar e o conseqüente postulado da primazia da lei geral se ligam ao processo de urbanização. O triunfo do geral sobre o particular remete a um conflito que “é de todas as épocas”, aquele entre Antígona e Creonte, cuja veemência é preservada “ainda em nossos dias. Em todas as culturas, o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular faz-se

acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade” (RB, p.154).

A segunda definição regulativa é referente à sociedade, em que duas disposições se destacam. A primeira delas é a remodelação do papel da família, em função do “decisivo triunfo de certas virtudes *antifamiliares* por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos” (RB, p.157). Daí o problema da adaptação dos indivíduos ao “mecanismo social” ser “especialmente sensível no nosso tempo” (RB, p.157). “Segundo alguns pedagogos e psicólogos de nossos dias”, aduz Sérgio Buarque, “a educação familiar deve ser apenas uma espécie de propedêutica da vida na sociedade, fora da família” (RB, p.155-156). A segunda disposição ligada à sociedade transpõe para o campo econômico o processo de suplante da lei particular pela lei geral. O “moderno sistema industrial”,

separando os empregadores e empregados nos processos de manufatura e diferenciando cada vez mais suas funções, suprimiu a atmosfera de intimidade que reinava entre uns e outros e estimulou os antagonismos de classe (...) Para o empregador moderno – assinala um sociólogo norte-americano – o empregado transforma-se em um simples número: a relação humana desapareceu. A produção em larga escala, a organização de grandes massas de trabalho e complicados mecanismos para colossais rendimentos, acentuou, aparentemente, e exacerbou a separação das classes produtoras, tornando inevitável um sentimento de irresponsabilidade, da parte dos que dirigem, pelas vidas dos trabalhadores manuais (RB, p.154-155).

O contraste entre a “atmosfera de intimidade” nas “velhas corporações e grêmios de artesãos” e o desaparecimento da “relação humana” com a “‘escravidão dos salários’ nas usinas modernas” subsidia o entendimento da “inquietação social de nossos dias” (RB, p.154).

Definidas essas instâncias modelares de suplante da lei particular pela lei geral no bojo da urbanização, RB trata de arrolar as especificidades do caso brasileiro. Embora perdendo “muito de sua posição privilegiada e singular”, os senhorios rurais não cederão, sem mais, espaço para os novos atores sociais. “Gente principal do país” (RB, p.81), eles se apoderarão das principais ocupações surgidas com a urbanização, em uma “improvisação quase forçada de uma espécie de burguesia urbana” (RB, p.87). Pela formação histórica do país, compreende-se que

O quadro familiar torna-se (...) tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (RB, p.80-81).

Enuncia-se então o “personagem que sintetiza o tradicionalismo próprio da sociedade brasileira” (Wegner, 2000, p.32), o homem cordial.

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (RB, p.160).

Prevenindo a confusão entre o enunciado da cordialidade e a noção de amizade ou bondade (cf. Ricardo, 2006), o autor esclarece que

essa cordialidade (...) não abrange (...) apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado (...) A amizade, desde que abandona o âmbito circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos, passa a ser, quando muito, benevolência, posto que a imprecisão vocabular admita maior extensão do conceito. Assim como a inimizade, sendo pública ou política, não cordial, se chamará mais precisamente hostilidade. (RB, p.219n, grifos suprimidos).

A discussão de RB é transportada para “fora do recinto doméstico”, lançando o homem cordial – como síntese do legado colonial – no espaço público – urbano por excelência. A cordialidade encarna a “sombra” familiar que “persegue” os indivíduos na cidade. Cordial é o homem cujos padrões de relacionamento são orientados exclusivamente pela amizade e pela inimizade, essas categorias da esfera privada – âmbito de onde retira sua “idéia mais normal do poder”. Na esfera pública ou política, esses sentimentos são respectivamente transformados em benevolência ou hostilidade, justamente uma transformação que o homem cordial não pode realizar, por incapaz de “abandonar o âmbito

circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos”. Isso porque, na definição que lhe confere Sérgio Buarque, esse homem tipicamente desconhece “qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo”, tendo o “desejo de estabelecer intimidade” (RB, p.161).

Só por engano se suporia que a cordialidade equivale à civilidade, em que “há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças” (RB, p.160). A civilidade surge como mais uma definição regulativa sobre a urbanização. Enquanto para o homem cordial “a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência” (RB, p.160), a civilidade (ou: polidez) é uma “organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência” (RB, p.161). Essa “presença contínua e soberana do indivíduo” (RB, p.161) polido pressupõe a capacidade de mascarar-se em um “disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções” (RB, p.161), uma capacidade de cuja falta se ressentia o homem cordial. Daí que “A vida íntima do brasileiro nem [seja] bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social” (RB, p.166).

Dada a incapacidade desse homem para operar regras abstratas (mandamentos e sentenças), compreende-se que a urbanização seja eivada de conflitos. Lê-se que no Brasil do século XIX havia

dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente, duas mentalidades que se opunham como ao racional se opõe o tradicional, ao abstrato o corpóreo e o sensível, o citadino e cosmopolita ao regional ou paroquial. A presença de tais conflitos já parece denunciar a imaturidade do Brasil escravocrata para transformações que lhe alterassem profundamente a fisionomia” (RB, p.75-76).

Os limites da ação transformadora da realidade, no ecossistema do homem cordial imerso na urbanização, se delinearão em três temas: a sociedade, o Estado e o bacharelismo.

Quanto à sociedade, espelhando o que se viu nas definições regulativas, RB discorrerá sobre a família e a economia. Os atributos da cordialidade, para não mencionar as demais sobrevivências ibéricas no Brasil, obstam à nova matriz de

educação familiar, mas a enunciação é segura quanto ao predomínio das “exigências imperativas das novas condições de vida”: “Ainda hoje persistem, aqui e ali, mesmo nas grandes cidades, algumas dessas famílias ‘retardatárias’, concentradas em si mesmas e obedientes ao velho ideal” (RB, p.155) de educação voltada ao “círculo doméstico”. Essas famílias, porém, “tendem a desaparecer” (RB, p.155). Também no campo industrial “certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito” (RB, p.82), o que é exemplificado por uma discussão da obra do Visconde de Cairú.

Nem mesmo um Silva Lisboa, que, nos primeiros decênios do século passado, foi grande agitador de novas idéias econômicas, parece ter ficado inteiramente imune dessa opinião generalizada, de que o trabalho manual é pouco dignificante, em confronto com as atividades do espírito (...) A “inteligência”, que há de constituir o alicerce do sistema sugerido por Silva Lisboa, é, assim, um princípio essencialmente antimoderno. Nada, com efeito, mais oposto ao sentido de todo o pensamento econômico oriundo da Revolução Industrial e orientado pelo emprego progressivo da máquina do que essa primazia conferida a certos fatores subjetivos, irredutíveis a leis de mecânica e a termos de matemática (RB, p.82-83).

Em suma, verificava-se no país a “radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens seculares” (RB, p.76).

Quanto ao Estado, a vinculação da ordem administrativa do Império e ainda da República ao sistema senhorial (RB, p.88) se aprofunda em uma prática política na qual que os partidos, mimetizando as famílias patriarcais, formam “um todo indivisível, cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou idéias” (RB, p.77). Uma expressão desse tipo de entendimento se encontra, mais uma vez, na obra de Cairú:

Pode-se dizer que, em 1819, já era [Cairú] um homem do passado, comprometido na tarefa de, a qualquer custo, frustrar a liquidação das concepções e formas de vida relacionadas de algum modo ao nosso passado rural. É semelhante empenho que se espelha (...) em sua noção bem característica da sociedade civil e política, considerada uma espécie de prolongamento ou ampliação da comunidade doméstica, noção essa que se exprime, com a insistência de um *leitmotiv*, ao longo de toda a sua obra. “‘O primeiro princípio da economia política’, exclama, ‘é que o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e conseqüentemente amparar a todos que nela estão, como seus filhos e cooperadores da geral felicidade...’ (RB, p.84).

Condizendo com a noção do prolongamento da comunidade doméstica, o Estado firmado no Brasil será qualificado por Sérgio Buarque como patrimonial.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário ‘patrimonial’ do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (...) Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático (RB, p.159).

Quanto ao bacharelismo (ou: aos vícios da vida intelectual), ele se liga por duas vias à tradição ibérica. Primeiro, na continuação de um trecho citado acima, RB propõe que o homem cordial “é livre (...) para se abandonar a todo o repertório de idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os freqüentemente sem maiores dificuldades” (RB, p.166). Segundo, na linha do repúdio à devoção religiosa que complementa a ética do trabalho protestante e da concomitante promoção da inatividade à qualidade de virtude, “só raramente nos aplicamos de corpo e alma a um objeto exterior a nós mesmos (...) No trabalho não buscamos senão a própria satisfação, ele tem o seu fim em nós mesmos e não na obra” (RB, 169-170). Por isso, “As atividades profissionais são (...) meros acidentes na vida dos indivíduos” (RB, p.170). Incoeso, indisciplinado e incapaz de se aplicar ao trabalho, o homem cordial se projeta no bacharel, nele defendendo-se do perigo que a cidade representa para as formas de vida originadas no campo. Para Sérgio Buarque, a “origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade. Daí, também, o fato de essa sedução sobreviver em um ambiente de vida material que já a comporta dificilmente” (RB, p.172).

A transformação da nobreza colonial em nobreza citadina, com a preservação do “teor essencialmente aristocrático de nossa sociedade tradicional” (RB, p.180), se coadunará apropriadamente com a difícil submissão da personalidade individual dos bacharéis a um “sistema exigente e disciplinador” (RB, p.169). Isso porque será desenvolvido um “amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas (...) [capazes de circunscrever a] realidade complexa e

difícil dentro do âmbito dos nossos desejos” (RB, p.72). Essa predisposição psico-intelectual, por sua vez, se converte em fator para a reprodução da ordem aristocrática no meio urbano. A “crença mágica no poder das idéias”, decorrente daquele amor pelas leis genéricas, será intimamente ligada à importação da democracia ao país:

De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das idéias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios (...) E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo (RB, p.175-176).

Divisa-se, na passagem acima, uma distinção entre os mantenedores da ordem aristocrática e indivíduos localizados “em baixo”. Com efeito, Sérgio Buarque cuida em mostrar como as formulações político-institucionais patrocinadas pela aristocracia passavam ao largo da “grande massa do povo[, que] recebeu-as com displicência, ou hostilidade” (RB, p.176). Os movimentos reformadores “Não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção de vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena” (RB, p.176). Essa clivagem de lado a lado será intensificada com o declínio da vida rural:

Colhidos de súbito pelas exigências impostas com um outro estado de coisas, sobretudo depois da Independência e das crises da Regência, muitos não souberam conformar-se logo com as mudanças. Desde então começou a patentear-se a distância entre o elemento ‘consciente’ e a massa brasileira, distância que se evidenciou depois, em todos os instantes supremos da vida nacional. Nos livros, na imprensa, nos discursos, a realidade começava a ser, infalivelmente, a *dura*, a *triste* realidade. A transição do convívio das coisas elementares da natureza para a existência mais regular e abstrata das cidades deve ter estimulado, em nossos homens, uma crise subterrânea, voraz (RB, p.177).

Tais traços da vida intelectual devolvem a discussão à esfera temática do Estado. RB informa que também a ação legislativa do governo comungava nesse distanciamento, de modo que “Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada” (RB, p.179). Com isso, é possível referir-se à idéia de formação que, segundo Sérgio Buarque, subjazia à imagem que os brasileiros fizeram do país durante esses “novos tempos” (tal o título do sexto capítulo de RB).

Muitos dos que criticam o Brasil imperial por ter difundido uma espécie de *bovarismo* nacional, grotesco e sensaborão, esquecem-se de que o mal não diminuiu com o tempo; o que diminuiu, talvez, foi apenas nossa sensibilidade aos seus efeitos. Quando se fez a propaganda republicana, julgou-se, é certo, introduzir, com o novo regime, um sistema mais acorde com as supostas aspirações da nacionalidade: o país ia viver finalmente por si, sem precisar exhibir, só na América, formas políticas caprichosas e antiquadas; na realidade, porém, foi ainda um incitamento negador o que animou os propagandistas: o Brasil devia entrar em novo rumo, porque ‘se envergonhava’ de si mesmo, de sua realidade *biológica*. Aqueles que pugnaram por uma vida nova representaram, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a idéia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros* (RB, p.183).

3.2.2. Análise

O primeiro ponto a se indicar na conclusão desta seção é que objeto de discurso é sujeito a uma oposição central, entre cordialidade e civilidade. Dela resultarão as problemáticas nas relações entre Estado, exterior e sociedade. A locução em que se afirma que a sombra do quadro familiar persegue os indivíduos *fora do recinto doméstico* projeta a discussão de RB para um âmbito que não é mais o rural. Só fará sentido enunciar um exterior da propriedade rural à medida que um espaço urbano, com suas categorias do público e do privado, puder ser contraposto àquela propriedade. Na verdade, apenas em face da cidade se poderá delimitar como doméstico – implicando-se uma esfera não-doméstica de existência – o espaço até ali irrestrito em que se espraia a “imensa autoridade” do pater-famílias. Tem-se no jogo textual, dessa forma, três esferas: a rural e patriarcal, em que se desconhecem as noções do público – e, por extensão, do privado; a urbana e privada; e a urbana e pública.

A civilidade, em que um jogo de máscaras permite ao indivíduo resguardar sua sensibilidade e suas emoções (sua esfera privada) frente à sociedade e seus elementos coercitivos (sua esfera pública), pressupõe o acordo prévio sobre os limites de cada uma das duas esferas envolvidas.³⁸ Portanto, o transbordamento da sensibilidade e das emoções sobre a sociedade não é, em si, o bastante para se falar em cordialidade, constituindo o que porventura se denominaria a incivilidade. A cordialidade acrescenta àquele transbordamento a instabilidade, ou precariedade, dos limites entre as esferas pública e privada. Isso porque, inscrito na origem recôndita e patriarcal do homem cordial, está um desconhecimento radical do que seja uma esfera pública, e dessa forma do que seja a continência própria da esfera privada. Há uma conexão vital entre a cordialidade e esse meio no qual a esfera pública foi ininteligível durante séculos. A cordialidade necessita “ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano informados no meio rural e patriarcal”.

Discernida a cordialidade da civilidade, pode-se compreender mais devidamente o que será, na cidade, a *nostalgia* do núcleo familiar, *locus* do qual dimanam os padrões de poder, respeitabilidade, obediência e coesão nas relações sociais, e os pendores particularistas e antipolíticos por ela impressos na vida social brasileira. A cordialidade se caracterizará como a incapacidade para o trânsito entre as categorias do público e do privado, respectivamente ligadas aos pares benevolência/hostilidade e amizade/inimizade. Em vez de adotar o norte daquelas categorias de civilidade, o brasileiro se guiará antes e sempre por um “fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (RB, p.160). Isso determinará sua problemática adaptação a diversos mecanismos sociais cuja fixação no Brasil é estabelecida como modelar.

Já é possível apontar as decorrências da cordialidade para a distinção entre o Estado e sociedade. Um passivo vindo da colonização é, naturalmente, o desprezo nutrido nas propriedades rurais por *princípios superiores*, isto é, pelo Estado. Contrariamente à regra “em todo o mundo e em todas as épocas”, o Estado não subjuga, reúne em sua hegemonia e utiliza-se das rivalidades entre o campo e a

³⁸ Poder-se-ia expandir a questão, com base em Hannah Arendt (Wegner, 2000, p. 44), notando-se que a civilidade envolve um foro de absoluta diferença – o privado, em que se exprimem as peculiaridades de cada indivíduo – e outro de absoluta igualdade – o público, em que as leis e as instituições equiparam os indivíduos.

cidade (Lefebvre, 2004, p.24), mas é antes refém dessas rivalidades. Apenas a reversão dessa condição pode desmobilizar a política partidária feita à moda dos amores e dos ódios familiares e, sobretudo, modificar o quadro patrimonial.³⁹ Nesse sentido, a definição regulativa do Estado que RB oferece é o passo decisivo para que se possa falar na forja de um espaço da sociedade: o cerceamento e a limitação do âmbito familiar, âmbito que deverá ser recriado em função das necessidades dessa sociedade. Resguardando o espaço de um cálculo próprio do Estado em meio às práticas orientadas pela cordialidade, RB não apenas postula a necessidade de transgressão da ordem familiar quanto antevê a conseqüente emergência do cidadão – contribuinte, eleitor, etc.⁴⁰

A distinção entre Estado e sociedade, reforçada pela expectativa dessa emergência, é todavia marcada pelos problemas de adaptação ao mecanismo social. Em outras palavras, em direta oposição aos ditames da Revolução Industrial, o fundo personalista do pensamento econômico do visconde de Cairú exemplifica os impasses que travam o suplante da lei particular pela lei geral no desenvolvimento industrial do país. Também no âmbito familiar, a resiliência de virtudes senhoriais determina a dificuldade na conformação de uma sociedade orientada pelas virtudes antifamiliares de “decisivo triunfo” salvo no Brasil. Sem a preparação doméstica para a vivência da iniciativa pessoal e da concorrência entre os cidadãos, compreende-se que se aprofunde aquela incompatibilidade. A desejabilidade das “virtudes antifamiliares por excelência” recoloca o processo de racionalização como um exterior regulativo do país, fazendo com que a qualidade de *retardatárias* das famílias possa ser estendida ao pensamento de um Caíru.

Com isso, a sociedade brasileira é situada em uma escala temporal relacionada ao exterior do país. Nessa escala, pode-se falar em uma “dupla

³⁹ Raymundo Faoro, notando a dificuldade de trânsito entre a esfera rural e as esferas da civilidade, fez este reparo a RB: “Na verdade, Sérgio Buarque não quis dizer que a ordem político-social era ‘patrimonialista’ (...), mas exatamente o contrário: que o patrimonialismo seria impossível, como ordem política, impedido pela ambiência patriarcal, incapaz de sair da ordem privada” (2007, p.271). Para o autor, seria mais exato dizer-se de uma ordem patriarcal: “Este é, portanto, o limite weberiano de Sérgio Buarque de Holanda: o Estado continuou a ser um prolongamento do poder do pater-famílias na política. Na sociedade patriarcal só pode, afastadas as máscaras adotadas de fora, por ‘bovarismo’, haver um governo patriarcal, suavizado, embora, com o ‘paternalismo’” (Faoro, 1993, p.19).

⁴⁰ Ao fazê-lo, pode inclusive ser lido como uma proposta que supera as fronteiras do pensamento social brasileiro e ganha relevância teórica mais ampla. Seria possível entender a cordialidade não como uma “característica exclusivamente brasileira, mas como um traço estrutural que se desenvolve em sociedades cujo espaço público enfrenta sérias dificuldades para afirmar-se em relação à esfera privada” (Rocha, 2004, p. 62).

temporalidade” internacional (cf. Inayatullah; Blaney, 2004, cap.2), pela qual os diferentes graus de modernização entre os países – ora definidos por RB como racionalidade, ora como civilidade – são colididos em um eixo pedagógico ortogonal. Nele, certos países detêm a dianteira no tempo social, o que lhes outorga uma posição modelar em relação aos países atrasados. Não é outra a classificação da sociedade brasileira em RB: tão logo o livro se volta para a organização do país no período pós-colonial, o peso da herança ibérica se faz sentir em uma enunciação que, tendo a cordialidade por síntese, se volta contra quantos fatores do passado impeçam o vicejar da civilidade – e também da racionalidade – no Brasil. Recapitulando as oposições vistas, é possível esquematizar que RB opera com os modelos de um Estado com certa autonomia e de uma sociedade coesa, para a consecução dos quais os critérios de racionalização e civilidade têm um papel regulativo, confrontando o personalismo, a aventura, o ruralismo, o desleixo e a cordialidade reinantes. A narrativa dúplice, que já pautava RB, o transforma em uma “crônica do atraso” (Esteves, 1998). Na sintomática escolha de palavras de RB, assiste-se à *imaturidade* do país escravocrata para “transformações que lhe alterassem profundamente a fisionomia”. Recorde-se que a escravidão é o “principal esteio” do prestígio do senhorio rural (RB, p.70), e por isso sua abolição situa-se como elemento decisivo para a modernização do país, ou seja, para intensificar as forças urbanizadoras e favorecer a civilidade em sua contenda contra a cordialidade.

Ainda sobre a sociedade, é preciso acrescentar um movimento textual que também decorre dos impasses de adaptação ao mecanismo social. Fala-se da enunciação de uma sociedade que, devido à urbanização, faz-se cindida entre elite e massas, níveis dotados de diferentes atributos. À proximidade indevida mas efetiva entre Estado e – certas – famílias se deverá a grande distância entre o Estado e a sociedade urbana, em que os cidadãos surgidos no declínio da vida rural não encontram representação na vida política. Essa clivagem entre o Estado e os cidadãos é sinalizada no bacharel, reproduzidor da ordem aristocrática em meio urbano. Prenhe das limitações e dos preconceitos próprios ao homem cordial, o “vício do bacharelismo” (RB, p.172) enceta um divórcio entre as formas institucionais do Estado, como aquela instituída pela ideologia impessoal do liberalismo democrático, e a *grande massa do povo*. Situada *abaixo* daquela camada aristocrática e presa de seu “incitamento negador”, a enunciação desse

povo é concomitante à ambientação urbana da história brasileira. Nesse arranjo vertical, a realidade “artificiosa e livresca” criada pelo “elemento consciente” asfixia “nossa vida verdadeira”, portada pela “massa brasileira”.

Para Dante Moreira Leite (1976, p.293), Sérgio Buarque operaria ideologicamente ao projetar sobre todo o povo uma constante psicológica – a cordialidade – que não excede os confins da classe dominante. Retendo essa noção de que a cordialidade era portada predominantemente por uma classe; e fazendo a ressalva de que o prestígio nostálgico das classes dominantes “ainda alimentava uma ideologia confortadora no brasileiro médio, acostumado inclusive a extrair daí uma visão completamente deformada das relações de trabalho” (Candido, 2004, p.248); propõe-se que o distanciamento entre as classes tenha afastado também a massa da prática da cordialidade. Essa manifestação da cordialidade principalmente nas elites parece condizer com a reprodução da ordem aristocrática nas cidades pelo bacharel, justamente a figura a quem Sérgio Buarque incumbe de prolongar a herança ibérica nos Brasil dos “novos tempos”. Em vez de sentenciar o caráter ideológico do argumento contudo, cumpriria anotar, como fez Maria Odila Leite da Silva Dias, que RB identifica uma situação em que “Entre política e sociedade persistiam abismos que redundavam em impasses entre o arcaico e o novo” (2008, p.332).

Essas considerações iluminam a movimentação de RB em termos da distinção entre o Estado e seu exterior. A “realidade artificiosa e livresca” criada pela elite nacional é subsidiada pela importação e aplicação viciada dos “lemas mais acertados para a época”, redundando em mal-entendidos. Medindo-se pelos ditames vindos do exterior, as elites vieram a desenvolver seu bovarismo. Comparando o Brasil ao que o liberalismo democrático e demais doutrinas afirmavam ser a ordem social ideal, *envergonhavam-se* da realidade (racial) local, *dura* e *triste*, pretendendo sublimá-la pela repetição daqueles lemas acertados e pela realização de reformas à revelia do povo. Ora, para essas elites, o exterior é tão regulativo quanto o é aquele a que Sérgio Buarque se afilia ao definir o Estado e as virtudes antifamiliares da sociedade. A diferença consiste na posição que o autor adota quanto a um e outro exterior, sendo porventura cabível discernir entre o que é o exterior progressivo e o exterior regressivo em RB. O critério a presidir o status de ambos é derivado da crítica à importação de construtos insensíveis às peculiaridades locais. Ao reportar-se à formação *de fora para dentro*, o espaço

correlativo da enunciação de RB trava contato com obras como *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco. Nesta, lê-se sobre o século XIX que, “no século em que vivemos, o espírito humano, que é um só e terrivelmente centralista, está do outro lado do Atlântico” (Nabuco, 2004, p.50, grifo suprimido).

Tal exemplo da “idéia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais” fornece, por inversão, o critério preferido pelo autor, o crescimento do país “pelas suas próprias forças naturais”. Crescimento em todo caso condicionado por uma série de elementos ligados ao exterior progressivo do país, como as virtudes antifamiliares e o Estado desvinculado da família. Assim, Sérgio Buarque volta-se contra entendimentos como o de Nabuco sobre o “centralismo” do espírito humano, restringindo seus portadores a “minorias exaltadas”, e cobra da ação política o que não a teria caracterizado até então: “uma predisposição espiritual e emotiva particular, uma concepção de vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena”, articulada com a atenção às peculiaridades de “nossa vida verdadeira”. Essas indicações abrem as perspectivas de uma ponte sobre o abismo entre política e sociedade, desarmando os impasses entre arcaico e novo.

Pouca valia há, entretanto, em alongar-se excessivamente a discussão. Pela correlação entre passado e presente nos “novos tempos”, a essa altura chega-se a um ponto de suspensão na passagem de um tempo a outro. Explique-se: o processo de urbanização envolve “dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente”, mas não se indica que nenhum deles predomine, ainda. Será preciso atingir a próxima seção para que a crise que acompanha o suplante da lei particular pela lei geral ganhe sua máxima dimensão, com o desencadeamento de um processo revolucionário. Por enquanto, adiantem-se duas conclusões. A primeira é sobre essa *suspensão temporal*, pela qual se pode concomitantemente notar que as famílias “retardatárias” tendem a desaparecer, em face das “exigências imperativas das novas condições de vida”, e constatar “o quanto era difícil ultrapassarem-se os limites que à nossa vida política tinham traçado certas condições específicas geradas pela colonização portuguesa” (RB, p.87). Esse tipo de impasse, também responsável pelo Estado patrimonial, será retomado a seguir. A segunda conclusão refere-se ao fato de que a cordialidade somente constitui traço do caráter brasileiro *na medida em que permanece ativa e fecunda* a influência ancestral dos padrões de convívio oriundos do meio rural e patriarcal.

Dito de outro modo, sua evidente contigência histórica impede que a cordialidade seja fixada como identidade nacional brasileira (cf. Avelino Filho, 1987, p.41; Avelino Filho, 1990, p.4).⁴¹

3.3 Revolução Vertical

3.3.1. Exposição

A abolição da escravatura, em 1888, é tratada em RB como “o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, esta data assume significado singular e incomparável” (RB, 69). Com a Abolição, cessa o funcionamento de “alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável” (RB, 188).

E efetivamente daí por diante estava melhor preparado o terreno para um novo sistema, com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos. Se o movimento que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível que já entramos em sua fase aguda. Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério (RB, p.188).

Desagrega-se “todo o ciclo das influências ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses” (RB, p.189). As cidades proclamam “finalmente sua vida própria e sua primazia” (RB, p.189), enquanto a terra de lavoura, antes “pequeno mundo” de senhores, transforma-se em mero “meio de vida” de fazendeiros (RB, 190). A carência de mão-de-obra escrava determina a perda de autonomia dos núcleos rurais, criando uma distinção entre regiões preparadas e

⁴¹ Veja-se, por exemplo, o parecer de que “Sérgio Buarque de Holanda percebe as transformações da vida social, mas, apesar disso, continua preso à idéia de características nacionais, de um passado que determina o presente” (Leite, 1976, p.293).

não preparadas para o regime de trabalho remunerado (RB, p.193). A economia do Norte do país está entre as não preparadas, e a Abolição referenda sua “catástrofe agrária”, com o arruinamento dos hábitos patriarcais e a substituição dos engenhos pela indústria moderna (RB, p.193). A isso correspondeu a perda de influência política dos proprietários rurais, que antes enlaçavam o Império à base rural da economia e da sociedade, “assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada” (RB, p.193). Tão sólido foi o monopólio que os dirigentes imperiais exerceram sobre a política, que deram-se “ao luxo de inclinações antitradicionalistas (...) [as quais conduziram a] progressos materiais que tenderiam a arruinar a situação tradicional, minando aos poucos o prestígio de sua classe” (RB, p.70).

O americanismo, todavia, é por ora incapaz de fundar uma nova ordem:

Se a forma de nossa cultura ainda permanece largamente ibérica e lusitana, deve-se atribuir tal fato sobretudo às insuficiências do ‘americanismo’, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbação de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. O americano ainda é interiormente inexistente (RB, p.189).

Sem criar um patriciado, a República, fundada em 1889, desenvolveu apenas uma plutocracia (RB, p.193), consolidada nas regiões minimamente preparadas para o novo regime de trabalho, como São Paulo. Essa variação na conformação das elites enseja um detalhamento das diferenças entre o aparelho estatal no país antes e depois de 1888:

A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo. O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício.

O Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro. A maturidade precoce, o estranho requinte de nosso aparelhamento de Estado, é uma das conseqüências de tal situação. O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio –, mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema de todas (...) é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo (RB, p.193-194).

O Império brasileiro, por “ter encarnado um pouco esse ideal” (RB, p.194), torna-se modelo para a República, que busca dar-lhe sequência, embora sem a mesma sustentação. A diferença entre os dois regimes, desse modo, não impede que se possa apreciá-los em conjunto quando se trata das barreiras que seu ideal comum erige para o processo de urbanização. O raciocínio é exposto a partir de uma análise da política externa do Império:

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo (...) Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características do nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional.

O desequilíbrio singular que gera essa anomalia é patente e não tem escapado aos observadores. Um publicista ilustre fixou, há cerca de vinte anos, o paradoxo de tal situação. “A separação da política e da vida social”, dizia, “atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância. À força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses” (Torres *apud* RB, p.195-196).

Feito esse diagnóstico, Sérgio Buarque volta-se à crítica dos prognósticos que considera equivocados, elencando duas saídas insatisfatórias àquele alheamento da realidade. A primeira, a troca de governantes, é *per se* insuficiente, quando não seja “precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade” (RB, p.196). A segunda saída, “inspirada pelos ideais da Revolução Francesa”, postulava que “da sabedoria e sobretudo da coerência das leis depende diretamente a perfeição dos povos e dos governos” (RB, p.197). A justificativa para a desaprovação dessa saída legiferante adentra a exposição do projeto oferecido pelo próprio Sérgio Buarque:

É claro que a necessidade de boa ordem entre os cidadãos e a estabilidade do conjunto social tornaram necessária a criação de preceitos obrigatórios e de sanções eficazes (...) [A] consideração da estabilidade inspiraria a fabricação de normas, com o auxílio poderoso dos raciocínio abstratos, e ainda aqui foram conveniências importantes que prevaleceram, pois, muitas vezes, é indispensável abstrair da vida para viver e apenas o absolutismo da razão pode pretender que se destitua a vida de todo elemento puramente racional. Em verdade, o racionalismo excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos

assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico (RB, p.196-197).

Tal foi a recepção aos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, “então na ordem do dia”, no momento de independência das nações ibero-americanas (RB, p.197). Erigidos em regra suprema, foram simultaneamente interpretados de modo a ajustarem-se “aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância” (RB, p.197). Essa problemática já observada da incorporação inócua de repertórios de idéias, relacionada à ineficácia de projetos de mudança estrutural na sociedade brasileira, faz com que se anuncie a necessidade primária de liquidação dos “fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social” (RB, p.198). Essa liquidação remonta ao tema do suplante da lei particular pela lei geral, apontando para as crises “que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade”. Retomando, na configuração retórica da enunciação, este veio metafórico que se anuncia privilegiado, o do implante, RB identifica uma “revolução vertical”.

Em lugar de uma agitação palaciana, fala-se no “processo geral (...) da transformação dos territórios coloniais em sociedades cultas modernas” (RB, p.221n). 1888 e 1889 indicam a existência, no Brasil, de “uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional” (RB, p.187). Conquanto a Abolição, como se viu, seja o – transposto – limiar entre duas eras, Sérgio Buarque adverte que “Estariamos assim vivendo entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz” (RB, p.199). O teor desta que, de acordo com o título do sétimo capítulo de RB, é “Nossa Revolução”, é de início delimitado por oposição: não se trata de “uma revolução horizontal, simples remoinho de contendas políticas, que servem para atropelar algumas centenas ou milhares de pessoas menos afortunadas” (Smith *apud* RB, p.199).

O mundo está farto de tais movimentos. O ideal seria uma boa e honesta revolução vertical que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes (...) quando vier [a revolução], venha placidamente e tenha como remate a amalgamação, não o expurgo, das camadas superiores; camadas que, com todas as suas faltas e os seus defeitos, ainda contam com homens de bem. Lembrai-vos de que os brasileiros estão hoje expiando os erros de seus pais, tanto quando os próprios erros. A sociedade foi mal formada nesta terra, desde as suas

raízes. Se as classes cultas se acham isoladas do resto da nação, não é por culpa sua, é por sua desventura. Não ousou afirmar que, como classe, os operários e tendeiros sejam superiores aos cavaleiros e aos grandes negociantes. A verdade é que são ignorantes, sujos e grosseiros; nada mais evidente para qualquer estrangeiro que os visite. Mas o trabalho dá-lhes boa tempera, e a pobreza defende-os, de algum modo, contra os maus costumes. Fisicamente, não há dúvida que são melhores do que a classe mais elevada, e mentalmente também o seriam se lhes fossem favoráveis as oportunidades (Smith *apud* RB, p.199-200).

A possibilidade de recaída nas mesmas práticas que se querem liquidadas arrisca o malogro dessa revolução divisada por Herbert Smith: “Uma reação dessa ordem encontraria apoio firme em certa mentalidade criada pelas condições especiais de nosso desenvolvimento histórico” (RB, p.200). Isso significa que a plataforma da amalgamação entre as camadas superiores e o operariado poderia ser esvaziada pela acomodação aos “velhos padrões patriarcais e coloniais”, o que ocorreria como consequência da “tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva[, em que] revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional” (RB, p.202). Onde estabelecer-se uma relação inversa entre a manutenção do legado colonial – responsável por aquela primazia – e o desenvolvimento da mencionada espontaneidade nacional: “A verdade é que, como nossa aparente adesão a todos os formalismos denuncia apenas uma ausência de forma espontânea, assim também a nossa confiança na excelência das formas teóricas mostra simplesmente que somos um povo pouco especulativo” (RB, p.202).

A inadaptação do Brasil a um regime “legitimamente democrático” (RB, p.202) não é, entretanto, vaticinada *ex abrupto*. Com efeito, Sérgio Buarque prospecta a “zona de confluência” entre ideais democráticos e “certos fenômenos decorrentes das condições de nossa formação nacional” (RB, p.203). Assim, arrola a “repulsa dos povos americanos (...) por toda hierarquia racional, por qualquer composição que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo” (RB, p.204); a “impossibilidade de uma resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que, pelo menos até recentemente, foram aliadas naturais das idéias democrático-liberais” (RB, p.204); a “relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor” (RB, p.204); e ainda o fato de que “as idéias da Revolução Francesa encontram apoio em uma atitude que não é estranha ao temperamento nacional. A noção da bondade natural combina-se singularmente com o nosso já assinalado

‘cordialismo’” (RB, p.204). No entanto, todos esses fatores se situam “na configuração exterior da vida nacional” – a pesquisa das “formas subjacentes” da nacionalidade indicará que a coincidência é “mais aparente do que real” (RB, p.204).

Essa conclusão, Sérgio Buarque a atinge explicando que o pensamento liberal-democrático “pode resumir-se na frase célebre de Bentham: ‘A maior felicidade para o maior número’. Não é difícil perceber que essa idéia está em contraste direto com qualquer forma de convívio humano baseada nos valores cordiais” (RB, p.204-205). E prossegue:

Todo afeto entre homens funda-se forçosamente em preferências. Amar alguém é amá-lo mais do que a outros. Há aqui uma unilateralidade que entra em franca oposição com o ponto de vista jurídico e neutro em que se baseia o liberalismo. A benevolência democrática é comparável nisto à polidez (...) É claro que um amor humano sujeito à asfixia e à morte fora de seu círculo restrito não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios (RB, p.205).

Sem se prostrar diante do que enfim reconhece como uma incompatibilidade, RB (re)afirma que “É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social” (RB, p.205). Uma vez que o povo já foi discutido a propósito da revolução vertical, anteriormente, resta considerar o papel da “tirania” para o propósito declarado da “consolidação e estabilização de um conjunto social e nacional” (RB, p.205).

Assinala-se de saída que “A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal” (RB, p.205). Sérgio Buarque debruça-se, então, sobre “As novas ditaduras”, um dos subtítulos do sétimo capítulo.

Hoje os partidários do fascismo já descobrem seu grande mérito em ter tornado possível a instauração de uma reforma espiritual abrangendo uma verdadeira tábua de valores morais. Não há dúvida que, de certo ponto de vista, o esforço que realizou significa uma tentativa enérgica para mudar o rumo da sociedade, salvando-a dos supostos fermentos de dissolução (RB, p.206).

Mas logo formula-se a crítica ao movimento: “Quem não sente, porém, que sua reforma é, em essência, apenas uma sutil contra-reforma? (...) E efetivamente

é ainda uma negação disciplinada o que se exprime antes de tudo em sua filosofia de emergência” (RB, p.206-207). No Brasil, a “energia sobranceira” do fascismo italiano e alemão tornaram-se “pobres lamentações de intelectuais neurastênicos” do integralismo (RB, p.207). Da mesma forma, nos adeptos brasileiros do marxismo, tudo quanto essa doutrina ofertaria de atraente “combina-se antes com a ‘mentalidade anarquista’ de nosso comunismo, do que com a disciplina rígida que Moscou reclama dos seus partidários” (RB, p.207). Prevê pois o autor que fascismo e marxismo provavelmente não lograrão consolidar-se no país, amoldando-se à “grande tradição brasileira, que nunca deixou funcionar os verdadeiros partidos de oposição, representativos de interesses ou de ideologias” (RB, p.208).

Atinge-se, com isso, o parágrafo final do livro, que procura sintetizar e recolher, à guisa de conclusão, os elementos que o capítulo apresentou como saída para o referido problema da “separação da política e da vida social”.

Se no terreno político e social os princípios do liberalismo têm sido uma inútil e onerosa superfetação, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irredutível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa. Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas (RB, p.208).

3.3.2. Análise

Há suficientes elementos para proceder-se ao balanço desta seção. Visivelmente sua maior preocupação é com o nexo entre o Estado e a sociedade. Retoma-se a temática do bovarismo nacional antes desenvolvida, mas dessa feita com uma maior diferenciação entre o Império e a República que lhe sucedeu. Ao

passo que na seção anterior a cisão entre elite e massas se fundava no processo geral de urbanização, que produziu o bacharelismo asfixiador da “vida verdadeira”, observa-se agora uma acentuação dos traços negativos dessa clivagem no período republicano. O bovarismo, já se advertia, “não diminuiu com o tempo”, apenas diminuiu-se “nossa sensibilidade aos seus efeitos”. Conquanto no Império houvesse uma continuidade entre a base econômica e o aparato político, capaz até de permitir “inclinações antitradicionalistas” pelo patriciado dominante, após 1889 o mando plutocrático interditou o potencial de representatividade que a forma republicana guardava em relação ao processo de urbanização. Esse processo foi consolidado com a Abolição, instante decisivo da mudança do “centro de gravidade” sócio-econômico brasileiro. Isso confirmava à República ser tempo de revisar seu apego ao ideal ibérico de Estado encarnado pelo Império. À falta disso, o regime político tornou-se uma “periferia sem um centro”, piorando a tendência de “alheação da realidade” já demonstrada pelos bacharéis imperiais.⁴² Incrementada pela destruição do esteio rural, essa realidade, ou o conjunto de “expressões menos harmônicas da sociedade”, torna-se exponencialmente mais importante no panorama de RB, e sua continuada negação pelo aparelho estatal torna-se assim tema tanto mais premente.

Enunciada a tensão entre um Estado anacrônico e uma massa prenhe de novas expressões, tensão que indica a possibilidade de um revigorante fluxo nacional que opõe a espontaneidade ao bovarismo, RB se vale de seu espaço correlativo para discutir a organização democrática da sociedade. Nesse sentido, a reflexão de Carl Schmitt (2007), de que Sérgio Buarque se utiliza anteriormente para fixar os pares amizade/inimizade e benevolência/hostilidade, contém um dado relevante. Lê-se em *O Conceito do Político*:

A equação Estado = política se torna errônea e ilusória no exato momento em que o Estado e a sociedade se interpenetram. O que até aquele ponto havia sido assuntos de Estado se tornam então temas sociais, e, vice-versa, o que havia sido temas puramente sociais se tornam assuntos de Estado – como deve necessariamente ocorrer em uma unidade democraticamente organizada (Schmitt, 2007, p.22).

⁴² “Central no diagnóstico de Holanda, a questão da adequação entre o modelo político e a realidade leva-o mesmo a revalorizar este aspecto no Império, ainda que pelo avesso, ou seja, dizendo que o Império era muito mais fiel a seu tempo ao dar forma a aspectos negativos porém necessários naquela época. A República, muito mais gravemente, estaria totalmente descolada” (Piva, 2000, p.181).

A interpenetração de Estado e sociedade, elementar para a organização democrática, é postulada como um objetivo no momento mesmo em que se enuncia a desvinculação do lado bovarista ao lado espontâneo. Percebe-se, daí, como a noção da política advogada por RB é despida do monopólio estatal, capaz de projetar-se para outros âmbitos – sociais, por excelência. Trabalha-se claramente com o emprego daqueles critérios próprios ao conceito de Estado, pressupondo-se a distinção entre a esfera do Estado e a da sociedade no interior do objeto de discurso, recompondo-as em seguida a partir de certo entendimento teórico da democracia. A atualidade de cada um dos quatro atributos da colonização ibérica, que se viu na primeira seção deste capítulo ser a justificativa da própria discussão desses atributos, tem sua relevância confirmada diante desse postulado teórico democrático, pois os atributos do passado explicitam as dificuldades de instauração da ordem desejada no presente. Cotejando-se o legado do personalismo e da ética da aventura com a passagem citada de Schmitt, percebe-se os desafios que o histórico do país coloca ao projeto de organização democrática. Por um lado, é difícil conceber a desconcentração da atividade política quando o legado personalista conduziu à sua aglutinação em “organizações políticas artificialmente mantidas por força exterior”, organizações encarnadas ao tempo da redação na preferência por ditaduras militares. Mas a caducidade da obediência como princípio de disciplina explica a “instabilidade constante de nossa vida social”, quiçá favorecendo a mencionada desconcentração da prática política. Por outro lado, a própria concepção de “temas puramente sociais” parece uma miragem distante quando se tem em vista a histórica tibieza da organização social criada por aventureiros, pois a conhecida “acentuação singularmente enérgica do afetivo (...)” somada à “atrofia das qualidades ordenadoras (...)” obsta ao fundamental processo de organização política da população. A falta de coesão social, antiga de longa data, assegura a atualidade do problema da instauração de uma esfera – e por isso de temas – sociais. Também o ruralismo, na medida em que responsável por bloquear a inteligibilidade da distinção entre o público e o privado, sustentando com isso a cordialidade, contribui para a vedação do objeto de discurso à ordem política que se deseja implantada.

Face às mudanças culminadas em 1888, a reprodução de todos esses atributos coloniais é posta em cheque. A plataforma da “Nossa Revolução” constitui-se exatamente pela “liquidação” dessas componentes, correspondente à “aniquilação” de raízes ibéricas que malformaram desde seu começo a sociedade brasileira. Este, o alcance de uma revolução intra mas também extra-palaciana capaz de reverter as “condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje”. Ajustada à chave metafórica da enunciação, a profundidade (verticalidade) da revolução liga-se ao “enraizamento das suas consequências sociais” (Vecchi, 2005, p.167). Seria possível acrescentar, remetendo à atualização do quarto atributo da colonização portuguesa, que a revolução vertical confirmaria a localização das (novas) raízes do Brasil no lado que se diria apropriado do Oceano Atlântico, isto é, o oposto a Portugal. A partir desse processo, que surge com a abertura de um espaço proto-comunitário no país com as bandeiras, se poderá agora enunciar uma sociedade renovada e enraizada, por oposição ao “simples lugar de passagem” constituído pela colonização comercial portuguesa.

A principal característica da revolução em curso no Brasil, condizente com sua verticalidade, é o que Smith, citado por Sérgio Buarque, escreve ser a emersão dos “elementos mais vigorosos”, operários e tendeiros, aos quais se amalgamarão as camadas superiores, despidas porém de superfetações. Trata-se, na leitura de Antonio Candido (1998), de “solução de cunho democrático-popular” possibilitada por dois fatores. O primeiro é o declínio da tradição colonial, em que se estabelece uma dialética entre duas trincas: aquela formada por luso-brasileiro/domínio rural/agricultura e aquela formada por imigrante/cidade/indústria. Ilustre-se o impacto da segunda trinca, manifestada sobretudo nas regiões preparadas para o regime de trabalho remunerado, recordando anotação de Sérgio Buarque em texto de 1941. O recurso à mão-de-obra européia imigrada na grande lavoura, substituindo os escravos, “envolvia uma verdadeira revolução nos métodos de trabalho vigentes no país e, mais do que isso, nas concepções predominantes em todo o território do Império acerca do trabalho livre” (Holanda, 1996a, p.23). O segundo fator listado por Candido é “a entrada das massas populares na vida nacional em concorrência com elites que Sérgio considerava gastas” (1998, p.86). Candido observa que o fundamento

artificial do Estado de ideal ibérico era um “Autoritarismo que assegurava a sobrevivência de classes dominantes em declínio, mas tenazmente agarradas ao poder e procurando transferir a sua substância para as formas novas que este assumia” (2004, p.248). Contra isso, ainda segundo Candido (2004, p.249), Sérgio Buarque faz com que as camadas populares deixem de ser uma “categoria mística dos estudiosos”, consignando-lhes o “papel de substituir as lideranças da sociedade”.

Sobre essa emergência do povo, aponta-se mesmo que, no espaço correlativo de RB, encontram-se enunciados como o de Caio Prado Júnior em *Evolução Política do Brasil*: “há muito se faz sentir a necessidade de uma história que não seja a glorificação das classes dirigentes” (*apud* Weffort, 2006, p.280). Ou ainda ecos do movimento modernista da década anterior à publicação do livro:

O modernismo rompe com esta sociabilidade [formalista, abstrata], talvez adequada à sociedade imperial e escravocrata, ao colocar os grupos populares na ordem do dia como componentes da sociedade e da nação. Portanto, o movimento modernista não pode ser resumido a uma crítica da cultura bacharelesca: ele é também uma tentativa de redescoberta do Brasil, da ambigüidade e riqueza de suas contradições, bem como da impossibilidade de sua negação (Avelino, 1987, p.35).

A chave metafórica do enraizamento expressar-se-ia, portanto, pela análise propriamente radical de Sérgio Buarque, propositora da “erradicação dos implantes malogrados e [d]o preparo do solo para as novas instituições reclamadas por novas personagens históricas” (Cohn, 2002, p.10). A essas novas personagens, como os imigrantes e demais componentes das camadas populares (ligados à segunda trinca), atribui-se a possibilidade de um “surto social robusto e progressivo”.

Esses apontamentos permitem supor que a proposta de enraizamento de uma ordem em que se destacam as camadas populares, no sétimo capítulo de RB, constitui uma tentativa de desfecho para os impasses e para a suspensão temporal instalados entre a urbanização e a cordialidade, expostos na seção anterior. O Estado, como fica assente na atribuição da capacidade representativa à República, é uma entidade central nesse processo revolucionário, seja pelos obstáculos que presentemente lhe interpõe, seja pelo papel que a revolução futuramente lhe conferirá. Tal papel, pode-se inferir a partir da passagem de Schmitt, envolve a abertura do Estado a uma sociedade já de si capaz de postular seus interesses com

base em alguma medida de coesão. Trata-se da incorporação, no movimento da história brasileira contemporânea ao autor, de enunciados pautados pelas regras da teoria política moderna onde esta se refere à soberania popular mediada (cf. Hont, 2005, cap.5). A República passa a figurar como *locus* de um sistema representativo capaz de consolidar o espaço público nacional e de englobar aqueles novos personagens históricos em sua institucionalidade.

Mais exato que falar-se em uma interpenetração de Estado e sociedade seria falar-se no enraizamento daquele nesta. Vale dizer, a situação criada pela falta de contato entre o bacharelismo e a “vida verdadeira” do país, de que é índice o bovarismo nacional, equivale a um desterro a ser corrigido pelo enraizamento. Isso explicaria e também resolveria, afinal, a afirmação paradoxal do parágrafo de abertura de RB. Mais que mera chave metafórica, nessa leitura o enraizamento sinalizado pela revolução vertical investe-se de um papel crucial na arquitetura do livro, propondo-se a resolver a condição de desterro que acompanha a vida social brasileira ao inscrever a ordem urbana em um Estado representativo no qual se albergam as diversas camadas da sociedade. Nisso, o enraizamento é consentâneo à forma estatal como “a resposta mais poderosa do mundo moderno a (...) questões sobre o caráter, o local e de fato a possibilidade da política (...) [O Estado] afirma que somos, acima de tudo, cidadãos” (Walker, 1995, p.22-24). E a “Nossa Revolução” tornaria possível não apenas o aprofundamento da transgressão da ordem familiar pelo interesse geral como também – e precisamente – a não mais protelada emergência do cidadão em escala universal dentro do país, assegurando com isso a fixação da identidade (democrática-popular) e do âmbito (republicano) da vida política no país.

Essas são as coordenadas gerais do processo em tela. Duas ordens de esclarecimentos as especificam e matizam. A primeira aponta os obstáculos à revolução, e a segunda aponta o modo pelo qual a institucionalidade política projetada coaduna-se com a carga substantiva daquele “surto social”.

Obsta à revolução o próprio arcabouço ibérico cuja erradicação ela apregoa. A recalcitrância do “elemento emotivo sobre o racional” mantém a “tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva”. Por isso a perscrutação da zona de convergência entre os ideais democráticos e os fenômenos derivados da formação nacional brasileira serve apenas para referendar a incompatibilidade “subjacente” entre o Brasil e interesses de ordem coletiva

conforme se expressam em um regime “legitimamente democrático”. Sérgio Buarque argúi detalhadamente o contraste entre a máxima liberal-democrática, com seu “ponto de vista jurídico e neutro”, e o homem cordial, com seu “afeto entre os homens”. Com efeito, a cordialidade figura como a principal barreira à organização social segundo a benevolência democrática oriunda do pensamento benthamiano. Cumpre recordar que a enunciação da cordialidade a associa justamente à amizade, categoria oposta à benevolência, esta equiparável à polidez. Por isso a avaliação de que “mais exato do que dizer que em *Raízes do Brasil* existe uma tensão entre cordialidade e civilidade [é] afirmar que aparece um desequilíbrio que envolve a *decadência* daquela e a *necessidade* desta” (Wegner, 2000, p.42). Uma passagem no princípio de RB adverte contra a idéia de uma articulação entre a necessária civilidade (e sua correlata espontaneidade) e a decadente cordialidade:

E será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade? Não significaria, ao contrário, apenas um índice de nossa incapacidade de criar espontaneamente? As épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação (RB, p.22).

Insere-se nesse sentido a afirmação de que “a estruturação de *Raízes do Brasil* em dois eixos corresponde à percepção de Sérgio Buarque segundo a qual do iberismo não pode surgir algo compatível com o americanismo. Da cordialidade não surge a civilidade” (Wegner, 2000, p.50-51, grifos suprimidos). Apenas a eliminação do par elemento emotivo/conveniências particulares poderia reverter “nossa aparente adesão a todos os formalismos”, permitindo o desenvolvimento de “forma espontânea” e de maior especulatividade. Espontaneidade e especulação, como conteúdos substantivos do surto que se vê inibido, ligam-se à hipotética vigência daqueles interesses de ordem coletiva – da civilidade, portanto.

A insistência de RB na necessidade de “consolidação e estabilização de um conjunto social e nacional” confirma a premência da tarefa de fixar a possibilidade, o caráter e o local da vida política no Brasil. Vetada a confluência entre esses três marcos e a cordialidade, principal e fungível herança colonial, RB sai à cata de outro “elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania”, capaz de gerar uma identificação estável das categorias

do Estado e da sociedade no objeto de discurso. Dir-se-ia, ainda, capaz de viabilizar a existência do interesse de ordem coletiva. A “cristalização social” será o processo pelo qual o Estado se arraigará na sociedade, apoiado em certo elemento já presente nela ou logo implantado em seu interior, de sorte a atender à demanda por “bons princípios”, com o que RB exclui de consideração improfícuas composições “tradicionalistas”. Ademais, o fascismo, como se demonstra, não representa mais que uma “sutil contra-reforma” da sociedade. Isso se deve ao fato de essa vertente propugnar uma “verdadeira tábua de valores morais”, operando portanto nada mais que uma “negação disciplinada” da realidade dos países em que grassou. Nos termos de RB, isso é uma recaída no formalismo bovarista, apenas mais sinuosa por “pensar como *una* a manifestação da espontaneidade nacional. Ao se preocupar com a realidade brasileira, [o pensamento fascista] o faz com o mesmo método redutor da diversidade, da complexidade destas manifestações” (Avelino, 1987, p.39).⁴³ A rigor, os obstáculos a impedir o sucesso do fascismo e do comunismo no país têm a mesma procedência daqueles que se colocam à revolução vertical: a “grande tradição brasileira”, desmobilizadora da ação política que não se guie pelo personalismo, pela cordialidade ou pelos demais legados da colonização.

O que distingue a saída revolucionária discutida por RB das demais é, dessa forma, sua melhor adequação ao “quadro de vida” local: “A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida” (RB, p.30). Esta passagem, que introduz no primeiro capítulo do livro uma afirmação sobre o arraigamento do legado ibérico no Brasil, é relevante quando se enfrenta a situação de decadência desse mesmo legado. Ou seja, a “Nossa Revolução” deverá ser uma saída preferível *devido* a seu melhor ajuste às condições locais, em contraste por exemplo com a filosofia de negação disciplinada do fascismo. Deverá, em outras palavras, fundar uma correspondente “nossa ordem”,⁴⁴ em que a combinação entre elementos locais e formas

⁴³ “Partindo dos mesmos princípios, os autoritários são levados a tratar a política como obra de ‘engenharia social’, como algo externo, a ser realizado de fora para dentro ou, nos termos de Mário de Andrade, a considerar a sociologia como ‘a arte de salvar rapidamente o Brasil’” (Avelino, 1987, p. 39).

⁴⁴ Em artigo publicado em 1926, Sérgio Buarque anunciava essa questão, ao afirmar sobre os intelectuais modernistas: “para eles, por enquanto, nós nos agitamos no caos e nos

importadas atenda à idéia antes apresentada do crescimento do país “pelas suas próprias forças naturais”.

RB procura fazer coadunar a institucionalidade política do país com a carga substantiva da revolução, a qual se conecta ao novo “quadro de vida” do Brasil urbano. Para que se compreenda essa segunda ordem de esclarecimentos feita por RB, é útil reproduzir uma passagem de Sérgio Milliet sobre Sérgio Buarque: “Sua concepção da história (...) ia além da fixação de datas e fatos, interpretava-os e, interpretando-os, buscava abrir um caminho para uma política construtiva e realista” (1964, p.1). O esforço de definir o que possa ser construtivo e realista na política anunciada por RB lança as questões centrais desta seção. Inicialmente, é necessário repassar como a coadunação mencionada acima especifica as coordenadas gerais da revolução, para em seguida compreender como também as matiza.

O parágrafo de encerramento de RB, aludindo a questões presentes em todo o capítulo final – na verdade, em todo o livro –, dá as precisões de uma política brasileira fundada em “bons princípios”. Enuncia-se como objetivo maior o “encontro com a nossa realidade”, retomando-se portanto a problemática da superação do bovarismo e da abertura à espontaneidade nacional, portada especialmente pelas massas. “Elaborações engenhosas”, como os princípios do liberalismo, não se constituirão em nada além do *ensaio* da “organização de nossa desordem”, instituindo um “compasso mecânico e uma harmonia falsa”. Isso porque resta um “mundo de essências mais íntimas”, desdenhoso daquelas elaborações e associado ao “nosso próprio ritmo espontâneo”. Enuncia-se também, pois, uma oposição entre harmonia – falsa – e ritmo – espontâneo – no objeto de discurso, cuja resolução se dará no eixo passado-presente. Antes de apreciá-la, é necessário especificar a relação entre o Estado renovado pela revolução e a herança formalista.

A harmonia guarda um significado pejorativo, tendo a ver com as “elaborações engenhosas” resultantes de quantos formalismos o bacharelismo bovarista pretendeu implantar no país, sem lograr mais que um ensaio de

comprazemos na desordem. Desordem do quê? É indispensável essa pergunta, porquanto a ordem perturbada entre nós não é, decerto, não pode ser a *nossa ordem*; há de ser uma coisa fictícia e estranha a nós, uma lei morta, que importamos, senão do outro mundo, pelo menos do Velho Mundo” (Holanda, 1996b, p.226).

organização. Não obstante, registrou-se ser “indispensável abstrair da vida para viver”, desde que o racionalismo não separe da vida os conceitos com que trabalha, criando “um sistema lógico, homogêneo, a-histórico”. Assim, compreende-se que a vazão do ritmo espontâneo ocorrerá dentro de certos parâmetros de civilidade, em uma articulação para a qual são bem talhadas as instituições democráticas (Cohn, 2002). É por meio desse ajuste do racionalismo democrático ao “quadro de vida” do Brasil urbano, com o qual fica resguardado um canal de expressão da espontaneidade nacional, que se assegura que o Estado a serviço da revolução vertical poderá representar a vida social em “suas necessidades específicas”. E, com isso, que não terá suas formas derivadas de “escolhas caprichosas”, reeditando o formalismo encarnado seja pela antiga “crença mágica no poder das idéias” associada ao liberalismo, seja pela hodierna “negação disciplinada” associada ao fascismo. Em suma, fala-se no Estado que se opõe à ordem natural e a transcende, ressaltando-se porém que essa oposição deve resolver-se “em um contraponto”, uma vez que o Estado está obrigado a servir e a corresponder à vida social.

No entender de Luiz Guilherme Piva, o ponto central de RB “fica irresolvido, como já registramos: ‘aniquilamento das raízes ibéricas’ convive com a defesa de que o modelo político deverá se basear no nosso caráter, e todo o livro se encarregou de demonstrar o caráter unicamente ibérico do brasileiro” (2000, p.182). O presente argumento não pode acompanhar esse juízo, tendo-se notado que o modelo político proposto é na verdade fundado em uma ordem urbana (dotada de novos atributos como a espontaneidade) com tudo e por tudo diversa da ordem personalista, ruralista e etc. Mas deve-se reter, ao juízo citado, a constatação da irresolução do ponto central do livro, pois a sobrevivência da ordem ibérica no interior da ordem urbana dificulta uma clausura do argumento de RB em conformidade com algum modelo *a priori*.

Principie-se a exposição dessa hipótese pela distinção entre passado e presente no texto ora analisado. Se o ritmo espontâneo deve compor-se contrapontisticamente com a abstração indispensável, com o fito de evitar a recalcitrância da harmonia falsa, isso não equivale a dizer que essa recalcitrância não ocorra. Com efeito, o risco à revolução vertical era exatamente ser neutralizada pela “grande tradição brasileira”, e a oposição recém-enunciada entre o ritmo espontâneo – e contrapontístico – e a harmonia falsa sublinha a

possibilidade atual dessa neutralização. A *proposta* de enraizamento pela composição contrapontística em RB – porque não passa de uma proposta o enunciado dessa composição, que não é descrita como um estado de coisas existente – não afasta o risco palpável de apresamento nas malhas de uma “cultura que ainda permanece largamente ibérica e lusitana”. O movimento de enraizamento será encaminhado no eixo passado-presente, onde começam a ser matizadas as coordenadas gerais do processo de enraizamento, uma vez que a resolução da oposição entre ritmo e harmonia fica em aberto.

A suspensão temporal que já se havia identificado na seção anterior, criadora de impasses na superação do legado colonial, é reforçada no sétimo capítulo de RB. O livro dá algumas indicações quanto ao caráter aberto da passagem entre passado e presente no tempo brasileiro: fala-se na vivência *entre dois mundos*, “um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz”. 1888, no mesmo diapasão, representa um *marco divisório entre duas épocas*. O par iberismo/americanismo, que pode ser visto como uma síntese do conflito entre os pólos rural e urbano (espaço) e também retardatário e progressivo (tempo), é ele mesmo deixado em aberto, dadas as insuficiências – não se precisa se momentâneas ou não – do americanismo. De acordo com Roberto Vecchi, o livro enuncia uma permanência do passado no presente “como dobra viva e ativa” (2005, p.166), a qual afeta a própria temporalidade da revolução vertical. Esta não seria uma ruptura ou um corte, mas o supracitado “processo geral da transformação dos territórios coloniais em sociedades cultas modernas”. A dobra em questão redundaria em um tempo híbrido no eixo fulcral de RB, que

conjuga entre si os dois tempos antagônicos (e dominantes) no emaranhado das temporalidades modernas, o do passado que permanece e o da “revolução” que se encontra em articulação. Isso cria uma morfologia moderna própria e ontológica do tempo brasileiro que delineia figuralmente tanto o modo de ser da “nossa revolução” quanto o modo de estar, de inscrever o Brasil na contemporaneidade, que é a temporalidade residuária do presente (...) [Trata-se de] uma intuição profunda, histórica, da vida nacional, onde um tempo regressivo e um outro progressivo forjam a contemporaneidade, contrastando precocemente os dualismos e as fáceis dialéticas do contexto periférico. Nele, o que emerge com força é um tempo opaco onde os conflitos ficam em aberto, sem uma conciliação viável, tempo trágico por excelência (Vecchi, 2005, p.167-168, grifo suprimido).

Ainda na leitura de Vecchi, a enunciação temporal de RB, “suspensa num *entre* que é conexão – mas também hiato – entre dois mundos” (Vecchi, 2005,

p.170), interrompe a continuidade da revolução vertical no interstício do declínio da tradição colonial e da ascensão das massas populares. Confecciona-se um *entre-lugar* em que, coerentemente com a hibridez do tempo, convivem conflitantes “ordem externa e desordem interna, ordem tradicional e desordem moderna, porque ambos são a forma com que o Brasil se inscreve na modernidade” (Vecchi, 2005, p.181).⁴⁵ Compreende-se o porquê da matização do processo de enraizamento: a *proposta* de composição contrapontística entre ritmo espontâneo e abstração indispensável, lançada no eixo temporal, torna-se um vetor que tem contra si a recalcitrância do passado, representado pela harmonia falsa e pela cordialidade, entre outros. O que na seção anterior se identificou como exteriores progressivos e regressivos se tornam tempos progressivos e regressivos (Vecchi, 2005, p.168), imbricados espacialmente em um *entre-lugar* de conflitos inconciliáveis.

Essas últimas considerações transferem a discussão de volta ao âmbito espacial, convidando a uma análise da repercussão da temporalidade híbrida para a relação entre o Estado e seu exterior e entre o Estado e a sociedade. Quanto a esta, a principal decorrência do *entre-lugar* espaciotemporal constatado na enunciação de RB é deveras a interrupção do processo de enraizamento, evitando o desfechar dos impasses entre urbanização e cordialidade. A existência do Estado patrimonial e das famílias e do pensamento industrial retardatários não se transmuta facilmente em formações melhor desenvolvidas, apesar de quantas tendências contemporâneas existam em sua direção.

Em termos do exterior do Estado, a discussão sobre o americanismo é reveladora: esse “estilo novo” aparece positivamente, porque reverso ao iberismo indesejável. Vem como uma alternativa necessária às práticas vigentes no país e condicente com a vida urbana, cujo elogio não falta em RB. Contudo, a resiliência do iberismo se deve “sobretudo às insuficiências do americanismo”, aí então abordado negativamente por resumir-se, “até agora”, ao “exacerbamento de

⁴⁵ A noção de um *entre-lugar* é proposta por Silviano Santiago: “A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de *unidade* e de *pureza*. Estes dois conceitos perdem o contorno exato do seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz. A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo. (1978, p.19).

manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra”. Essa crítica se pauta por aquela consideração da sensibilidade dos construtos às peculiaridades locais, segundo a qual a importação é oportuna ou não. O risco de o americanismo se tornar um exterior regressivo é combatido pelo chamado a seu enraizamento. Dizer-se que “O americanismo ainda é interiormente inexistente” é afirmar, por oposição, a desejabilidade de sua versão interior e não bovarista, em que as influências externas se reconfiguram em uma formação *de dentro para fora*. De todo modo, a relação entre o interior e o exterior do Brasil, que regula a possibilidade de uma salutar adaptação do americanismo, fica indecisa, presa da conflitividade aberta pela qual o Brasil se inscreve na modernidade. No meio tempo, permanece caracterizando o americanismo a “falta de poder de criação de novos padrões de sociabilidade” (Wegner, 2000, p.41).

3.4 Desterro

3.4.1. Exposição

Esses apontamentos sobre o caráter indeciso das relações passado-presente, Estado-sociedade e Estado-exterior na revolução vertical autorizam a retomada do tema cuja apreciação foi suspensa nas primeiras páginas deste capítulo, o desterro. Fez-se, é certo, um ensaio de sua aplicação na seção anterior, quando se sugeriu que o bovarismo nacional produziria uma condição de desterro, o que se fez seguir pela proposta de enraizamento via revolução como uma *solução ao problema*. Se de fato o desterro manifestado “nas origens da sociedade brasileira” é sintoma da malograda tentativa de implante cultural no país, sendo estigma do qual o país deve libertar-se (Rouanet, 2006), o dismantelamento do bovarismo e da harmonia falsa projeta-se como único imperativo no horizonte político do livro, no qual deve advir a inauguração de um estilo novo em que o ritmo espontâneo componha com a civilidade.

A pesquisa do tempo da enunciação de RB indica, entretanto, que não se resolve tão facilmente a questão em tela. Identificou-se na primeira seção um paradoxo que, embora menos intenso que na edição *princeps* de RB, guarda sua tensão: como se pode ser desterrado – capaz de ativamente impedir o estabelecimento de uma tradição – e enraizado – guiar-se por essa mesma tradição, que é longa, viva e arraigada? Duas atualizações são necessárias a essa altura da análise. A primeira é que o enraizamento, longe de referir-se apenas à herança ibérica, reparte-se entre essa tradição colonial decadente mas arraigada e a proposta de implantação de um novo conjunto de instituições. A segunda especifica o desterro, “fato dominante e mais rico em consequências” nos princípios da sociedade brasileira, que forjava uma disjunção entre o clima e a paisagem do país e o “sistema de evolução” europeu. A disjunção entre sistemas europeus e realidade brasileira já foi notada e refere-se ao necessário ajuste ao “quadro de vida”. A partir da segunda edição de RB, essa disjunção é explicitamente ligada ao presente de que escreve Sérgio Buarque, pois diz-se que a condição de desterro se manifesta ainda *hoje*.⁴⁶ Sabendo-se que esse presente é momento residuário na temporalidade híbrida do livro, também será lícito equiparar a condição de desterro ao hiato entre os dois mundos no Brasil, hiato que em todo caso envolve o problema do ajuste do americanismo ao quadro de vida nacional.

O propósito dessas atualizações é ter presentes os significados de que enraizamento e desterro se enriqueceram ao longo da análise. A partir desses significados o paradoxo de ser desterrado e enraizado pode ser relido como um *jogo entre enraizamento e desterro*, em que este impede que aquele seja levado a termo. O desterro adquire papel igualmente crucial na arquitetura de RB, compondo com o enraizamento o par descompassado que preside a enunciação das distinções entre Estado, sociedade e exterior, além de passado e presente, na história do Brasil.

⁴⁶ Note-se esta diferença entre a primeira e segunda edições de RB: o acréscimo do advérbio de tempo “hoje” na sentença sobre o desterro na segunda edição. Lia-se no texto de 1936: “somos ainda uns desterrados em nossa terra”. E no texto de 1947: “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.

3.4.2. Análise

Essa reformulação da análise em função do alcance atribuído ao desterro lança dois grupos de questões, cuja discussão concluirá o capítulo. O primeiro grupo se prende à necessidade de levar a novo patamar uma análise realizada nas duas seções iniciais deste capítulo. Rememorando: a história da colonização do Brasil, equilibrada entre os atributos ibéricos (personalismo, aventura, ruralismo, desleixo e, mais tarde, cordialidade) e os cursos de desenvolvimento modelar da Europa não-ibérica (racionalização e, mais tarde, civilidade),⁴⁷ conforma uma narrativa dúplice.⁴⁸ A inconciliabilidade da “metodologia dos contrários” que se arma no interior da trama textual entre os atributos ibéricos e os cursos modelares, realçada pela noção de um desterro presente e passado, torna impossível uma acomodação teórica e recomenda rever a designação de RB como uma “crônica do atraso”. Há uma alternativa à leitura (conveniente às operações de enraizamento) que se centra no reconhecimento da exemplaridade do eixo pedagógico instaurador de uma dupla temporalidade internacional. Contra a pressuposição de que o processo global de modernização produz isomorfismo no sistema de Estados (cf. Mushakoji, 1996), RB indicaria “algo que não se completa, de que se está longe do crescimento linear das ervas e das árvores. Entre o cultivo e seu resultado há uma ruptura, e é nela que se concentra a atenção (...) Sérgio Buarque de Holanda busca raízes e encontra desterro” (Cohn, 2002, p.10). RB qualifica-se, aduz Gabriel Cohn (2002), como uma “crônica dos descompassos”.

O desterro, quiçá à revelia do que pretendeu o autor, de fato ganha um papel fundamental no texto, desestabilizando as possibilidades de o Brasil seguir serenamente o curso do desenvolvimento ocidental – modelar e europeu, mais precisamente – com a vigência pura e simples da racionalização e da civilidade. Por isso a difícil consubstanciação do que não são mais que definições

⁴⁷ A rigor, de toda a Europa que não se encaixa na categorias dos “territórios ponte” pelos quais o continente se “comunica com outros mundos”.

⁴⁸ Vecchi sugere a proximidade entre o método histórico de Sérgio Buarque e este proposto por Edward Said: “Se reexaminamos o arquivo da cultura, começamos a relê-lo de modo não unívoco mas contrapontístico, com a percepção simultânea tanto da história metropolitana que é

regulativas: o verdadeiro Estado burocrático caracterizado pela ordenação impessoal, as virtudes antifamiliares por excelência da iniciativa pessoal e da concorrência entre cidadãos e a transformação do empregado em um simples número, com o desaparecimento da relação humana. Na política como na economia, depara-se com a possibilidade do alijamento, da não-incorporação.⁴⁹ Aí o “quase trágico” fecho (?) do livro,⁵⁰ apontando a uma forma não-canônica de modernidade – e por isso “periférica” –, em que a irresolução dos conflitos “resguarda um resíduo antidialético ineliminável” (Vecchi, 2004, p.121). Donde a possibilidade de disjunção entre “uma modernização rutilante e uma modernidade sombria ou até tenebrosa que marca de modo profundo (...) o limiar do século XX” (Vecchi, 2004, p.121).

É preciso, em um aparte, fazer referência a uma hipótese defendida por George Avelino Filho, para quem RB estaria imbuído de “uma crença – bem modernista – na capacidade de transformarmos nosso atraso em relação às nações mais civilizadas em vantagem, aproveitando o atraso como possibilidade de seguir um caminho de modernização diferente do daquelas nações” (1987, p.40), evitando a esterilização das relações sociais pelo desenvolvimento político, social e econômico. Em outro artigo, Avelino Filho (1990) oferece o que se poderia ver como uma especificação dessa assertiva. De acordo com esse autor, a civilidade seria entendida em RB a partir da reflexão weberiana sobre o “desencantamento do mundo”, sendo o produto da impessoalização e da racionalização das relações humanas. A enunciação da cordialidade teria a função de colocar “a possibilidade de uma alternativa em relação ao processo clássico da racionalização/impessoalização sofrido pelas culturas européias (...) [por meio da]

narrada quanto das outras histórias contra as quais (e com as quais) o discurso dominante age” (Said *apud* Vecchi, 2005, p.192n).

⁴⁹ Enquanto o alijamento político será discutido mais abaixo, sobre o alijamento econômico talvez se pudesse indicar alguma afinidade entre o argumento que se vai expondo e a seguinte interpretação de Pedro Meira Monteiro. Para este autor, RB relata “a ruína de toda a família, num processo doloroso a marcar um conflito universal e global, isto é, o esgarçamento do tecido social, quando se desfazem as teias complexas da sociabilidade tradicional, quando a sombra acolhedora do núcleo primário se torna insuficiente, incapaz de dar sentido à existência, ainda precária da estirpe. Trama moderna, em que o indivíduo se vê lançado no torvelinho do desconhecido, na cidade conturbada que aparecia, enigmática e perturbadora, nos anos 20 e 30 (...) É um livro que fala de um mundo em ruínas, recusando as edificações brilhantes, compensatórias. Podemos lê-lo assim, não apenas o compreendendo como a narrativa do arruinamento da ordem colonial, mas como motivado, em seu âmago, pela ruína das famílias trabalhadoras na modernidade” (Monteiro, 2008, p. 357).

⁵⁰ A expressão sobre o fecho “quase trágico” de RB encontra-se em Wegner (2000).

representação de relações humanas mais afetivas, vivas e menos abstratas” (Avelino, 1990, p.4).⁵¹ Meritória pela conjectura quanto ao que RB guarda de um “caminho diferente de modernização”, essa hipótese pode porém ser revista por duas ponderações. A primeira vai no sentido da reticência de Sérgio Buarque quanto à legitimidade do “recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade”. A via de enraizamento contida na “Nossa Revolução”, sem pretender recuperar a cordialidade, propõe na verdade – repisando – a conjugação da espontaneidade nacional com a medida indispensável de abstração. A segunda ponderação, partindo do entendimento proposto acima sobre o papel do desterro em RB, lança uma contra-proposta à hipótese de Avelino Filho: o curso de desenvolvimento brasileiro seria diferente do cânone ocidental menos por deliberação – a crença modernista ditando a intencional oposição da cordialidade à civilidade – do que pelos entraves inerentes ao entre-lugar espaciotemporal do desterro.

Antes de passar-se ao próximo grupo de questões, sejam apresentadas duas instâncias em que esse movimento de enraizamento e desterro em RB poderia ser identificado em enunciados colaterais sobre o curso histórico brasileiro.⁵² A primeira retoma a reflexão de Nabuco à qual se aludiu acima. O “centralismo” europeu no século XIX cria uma “instabilidade” nas jovens nações americanas, como o Brasil: “De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação européia” (Nabuco, 2004, p.49). O interesse dessa dupla ausência está na pressuposição um jogo entre a movimentação transoceânica de Nabuco e o sentimento da pátria, “a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer” (Nabuco, 2004, p.49). Jogo que tem por resultado o fato de a pátria entrevista da Europa ser, “antes de mais

⁵¹ A cordialidade surgiria como alternativa à civilidade pela defesa de Sérgio Buarque da recuperação da “verdadeira realidade” asfixiada. Um primeiro ponto de objeção a esse argumento de Avelino Filho (1990) – ao qual se aproximam alguns apontamentos de Ricardo Benzaquen de Araújo (2000, p. 42) – está na equiparação que realiza entre cordialidade e “verdadeira realidade” brasileira. Isso porque, conforme visto neste capítulo, Sérgio Buarque coloca a cordialidade, nas vestes do bacharelismo bovarista, como o oposto ao que seria uma “forma espontânea” no país. Ora bem, se o bacharel, *porque* portador da cordialidade na vida urbana, fecha-se à realidade do país – a “dura e triste” realidade em que nascem os novos atores históricos (a segunda trinca de Candido), e não aquela realidade rural de que depende a cordialidade para sua reprodução –, não faria sentido a afirmação de que a “verdadeira realidade” negada é a própria cordialidade negadora.

⁵² A convivência das ordens burguesa e colonial na poesia de Oswald de Andrade, produzindo um “ufanismo crítico”, notado por Roberto Schwarz (1987), poderia ser incluída na relação.

nada, uma indagação ontológica” (Santiago, 2004, p.21). A segunda instância está na descrição que Raymundo Faoro propõe do processo de modernização no Brasil:

Por isso, em certos casos, as modernizações, depois que chegam ao fim, que é quando a elite (...) muda de objetivos, parecem nunca ter existido. Elas se circunscrevem ao tempo circular, com uma memória condicionada ao tempo precário, que duram enquanto outra onda se sobrepõe à atual, desfazendo-se ambas. A história que daí resulta será uma crônica de déspotas, de governos, de elites, de castas, de estamentos, nunca a história que realiza, aperfeiçoa e desenvolve. A história, assim fossilizada, é um cemitério de projetos, de ilusões e de espectros (1992, p.19).

Já se observou que a teoria da história de Faoro é articulada por um “mecanismo reprodutivo”: “as mudanças no tempo reforçam a estrutura de dominação que permanece inalterda e neutraliza qualquer caráter de novidade” (Jasmin, 2003, p.364). Em face ao que se vem discutindo, e não obstante suas causas diversas, a “instabilidade” de Nabuco e o “tempo circular” de Faoro sugerem o imperativo do progresso temporal (ou: do enraizamento) mas também seu travamento e prostração em um desconfortável *interim*, assemelhado ao desterro de RB.

O segundo grupo de questões associadas à reformulação do problema do desterro se liga à relação entre essa condição e o Estado. Uma consequência da reformulação avançada acima é o encaminhamento do desterro como elemento “positivo enquanto atitude epistemológica, enquanto via para o descentramento, para a desprovincianização” (Rouanet, 2006, p. D2). A avaliação dessa atitude, dentro dos propósitos do presente trabalho, requer cotejá-la com o conceito do Estado. Isso será feito por duas ponderações, com as quais se conluirá a análise.

A primeira parte do significado do vocábulo “desterro”. De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, trata-se do

1. Ato ou efeito de desterrar; desterramento 1.1. saída do domicílio habitual para outro, dentro ou fora do território nacional, por imposição penal (degredo) ou voluntariamente 2. p.met. local onde reside o desterrado 3. p.ext. local ermo, deserto 4 jur. pena que obriga o réu a permanecer nesse local 5 p.ana. estado ou condição de pessoa que vive isolada da sociedade 6 p.ext. estado de isolamento; insulamento, solidão (Houaiss & Villar, 2001, p.1017).

Nota-se de saída que o desterro situa-se no perímetro semântico da soberania. Derivado etimologicamente de “decreto”, no latim, configura-se como ato soberano de expulsão do interior de uma comunidade ordenada, criando um limbo jurisdicional próximo ao dos refugiados ou apátridas (cf. Arendt, 1989, cap.9). Embora em larga medida oriundo desse ato soberano (o de degredar), a condição de desterro é definida como pólo oposto ao Estado, pois é externa à sociedade. Não causa espécie que esse isolamento em relação à sociedade seja compreendido como *pena* infligida, pois no reverso daquele limbo jurisdicional está o que Hannah Arendt denominou o “direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada” (1989, p.330). Esse direito é o principal conduto para a cidadania, que por sua vez seria a melhor oferta do Estado aos indivíduos que o habitam. Ademais, o imaginário espacial ligado à palavra confirma a noção de afastamento em relação à guarida estatal: o desterro é ermo, deserto, insulado e solitário.

O Estado, por sua vez, é (a promessa) (d)o enraizamento, com a demarcação clara das fronteiras conceituais e ontológicas que o distinguem do passado, da sociedade e do exterior. A resolver-se o bovarismo nacional e a incorporarem-se as camadas populares às instituições políticas, finda o desterro. Mas a questão que se coloca é – e se o Estado for mera estabilização momentânea (e mais ou menos precária) do que não é totalmente enraizável? Na ênfase de Jens Bartelson (1998) à definição clássica de Max Weber (2007), o Estado é a *reivindicação* (sempre disputada) do monopólio legítimo do uso da violência sobre a sociedade.⁵³ Ora, como conceber, senão a imposição mesma de uma tábua de valores morais, a indispensável (afirma-o Sérgio Buarque) cristalização social, quando se depara com uma (arredia) sociedade composta por desterrados? O fato de o desterro ser experimentado não no degredo longínquo, mas no interior da sociedade, lança dúvidas sobre como o Estado poderia ser “como um contorno congênito à sociedade”, orientando-se por suas “necessidades específicas”. À falta da plena racionalização e civilidade, minguem as condições para a manutenção do ideal da

⁵³ Remete-se aqui a um entendimento sobre as condições de constituição da autoridade estatal: “a autoridade é vista como desprovida de fundamento fora de si mesma: ela não é nada mais que um ato infundado que se fez fundacional pela imposição de certo esquecimento quanto a sua origem divina ou violenta. A autoridade constituinte é portanto a um tempo constitutiva e anterior à comunidade política a ela correlacionada no tempo e no espaço e também às expressões legais e políticas da autoridade dentro daquela comunidade (Bartelson, 2001, p. 7).

representação sustentado pela idéia da soberania popular mediada, e mesmo para a execução da provisão conceitual do domínio da sociedade pelo Estado.

Atinge-se algum ponto a meio caminho entre a democracia “mal-entendida” e a “legítima”, confirmando uma dimensão de alijamento dos cidadãos em relação à esfera política e, no fundo, a disjunção dos discursos espacial e temporal da cidadania. Vale dizer, por mais que se constitua o território do Estado e o domínio sobre a sociedade, a noção de comunidade suposta no instituto da representatividade não tem fácil aplicação. Seria cabível visualizar as dificuldades do Estado em codificar, ou repertoriar, uma nação baseada na coerência cultural. Faria sentido concluir que a relação entre Estado e nação em RB – e em que pese o imperativo da cristalização social – avança o que mais tarde se designaria como “uma política que privilegia as presenças múltiplas e desconjuntas dentro do espaço do Estado, em vez de uma política que se move no rumo da integração em uma cultura nacional unitária” (Shapiro, 2000, p.82). “Estrangeiro para si mesmo” (Rocha, 2003, p.24), decorreria o rompimento, no brasileiro, de modelos unívocos de temporalidade nacional (Shapiro, 2000, p.83).

A segunda ponderação procura apreciar a repercussão dessa “atitude epistemológica” no esquema conceitual do Estado. Segundo R.B.J. Walker,

Outras narrativas sobre o político podem permanecer vivas nos interstícios da história oficial, mas mesmo elas devem ser entendidas, em maior ou menor medida, como produtos de um discurso estatista e das negações características que este realiza de qualquer outra opção (...) Ademais, as categorias com as quais nos esforçamos para formular questões sobre o político são precisamente aquelas que foram construídas em relação ao Estado (1995, p.24).

A forma mais imediata de confirmar que o raio de compreensão das decorrências conceituais do desterro é limitado pelo imperialismo cognitivo do Estado (Shapiro, 2004) será apontar-se para as próprias categorias analíticas de que se vale a presente dissertação. Atendo-se em todo caso a RB, o que fica evidente é que aquele ideal regulativo do enraizamento, expresso conceitualmente na reivindicação do Estado de se erigir em princípio primeiro da política, não esgota o movimento do livro, em que o descompasso deixa antever um “resto que se sujeita mal a essa forma”. A tentativa lançada por Sérgio Milliet de compreender o que há de construtivo e realista na política de RB não pode prescindir do descentramento permitido pelo enunciado do desterro. O passado

inventado à luz do presente para ser nele superado resiste ao aprofundamento das novas raízes do país, juntando-se àquele descentramento para colocar a resolução da “metodologia dos contrários” registrada ao longo da análise sob o signo da incerteza, e bem assim as oposições referentes ao Estado.

A construtividade e o realismo, em face às recalcitrâncias e às incertezas, recomendam cautela diante da perspectiva da inscrição da ordem urbana no Estado representativo onde se albergam as diversas camadas da sociedade. Construtivo e realista afigura-se, no máximo, a constatação da polifonia envolvida no estatuto do país enraizado e desterrado:

A idéia de um Brasil cultural e político de timbre espontâneo, formado por seqüências rítmicas próprias, valorizando assim a sua lógica paradoxal e contraditória, precisava encontrar ainda uma melodia que harmonizasse dissonâncias e consonâncias, que combinasse em uma forma particular ritmo e harmonia: uma nação polifônica (Vecchi, 2005, p.181-182).

3.5 Conclusão

Em RB, o entrelaçamento do Brasil à política mundial se deu em primeiro lugar pela “narrativa dúplice” da história do país. Com efeito, toda a discussão sobre os atributos ibéricos foi pautada pela contraposição a atributos europeus ditos modernos. Assim, personalismo, aventura, ruralismo e desleixo tiveram seu pólo oposto (principalmente, mas não apenas) na racionalização, enquanto a cordialidade foi contradistinta à civilidade. Guardadas as diferenças substantivas entre os livros, neste capítulo como no anterior a presença do Brasil no mundo foi antecedida pela presença do mundo no Brasil. No caso de RB, os exteriores regulativos acompanharam a narrativa antes e até depois da urbanização e da independência formal do país. Sua transformação em realidade interna coloca-se, de fato, como a própria medida de superação histórica no país – razão pela qual apenas aparentemente o tema das relações democráticas Estado-sociedade se queda afastado da problemática do internacional. A “Nossa Revolução” implica precisamente a construção de uma ordem que envolva (embora não exclusivamente) medidas imprescindíveis de civilidade e de racionalização.

A segunda forma de entrelaçamento do Brasil ao internacional é a criação do entre-lugar em que os conflitos espaciotemporais não se resolvem facilmente. A “nossa ordem” não condiz por completo com a “Nossa Revolução”. Enquanto esta pretende instituir limites claros entre o Brasil e o mundo, delimitando uma sociedade e um Estado capazes por exemplo de ajustar a contento idéias estrangeiras às peculiaridades locais, o hiato que resta em sua implementação deixa em dúvida a exclusividade nacional – o possessivo no plural “nossa” – da ordem dela resultante. Vale isso dizer que, embora o enraizamento das novas instituições seja almejado por Sérgio Buarque, de modo inclusive a evitar a formação “de fora para dentro”, a condição de desterro projeta a eventual solução (ou, mais modestamente: a pacificação) da questão para um jogo descentrado que envolve o estrangeiro temporal e/ou espacial.

Em suma, a contribuição de RB para a hipótese geral da pesquisa está no esclarecimento da co-relação entre as dificuldades na passagem passado-presente e o estabelecimento das relações Estado-sociedade. Resolvidas as dificuldades, enraíza-se o Estado representativo e perde-se de vista a importância da dimensão exterior; não resolvidas, desestabiliza-se a relação Estado-sociedade e também a relação Estado-exterior.